

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

em 31 de março de 2024 e Relatório do
Auditor Independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
São Martinho S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da São Martinho S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

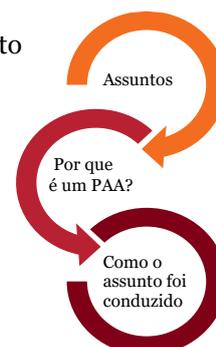
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

**Subvenções governamentais
(Nota explicativa 22.5)**

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais relativos a créditos de ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, provenientes do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR e de outros benefícios de ICMS usufruídos pelas suas unidades industriais. Esses incentivos, respaldados pela Lei Complementar nº 160/2017, Lei nº 12.973/2014 e decisão do STJ (Tema 1.182), reduzem o seu lucro tributável na apuração do imposto de renda e da contribuição social.

Nesse contexto, em 31 de dezembro de 2023 a diretoria da Companhia, com base na decisão do Tema 1.182 pelo Superior tribunal de Justiça - STJ e respaldada pelas opiniões de assessores jurídicos, constituiu reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido no valor de R\$ 255.665 mil (montante este substancialmente relacionado com o diferimento do ICMS em operações de saída de etanol anidro combustível ("EAC") e excluiu esse montante da apuração de imposto de renda e da contribuição social (IRPJ e CSLL), obtendo uma redução desses tributos de R\$ 86.926 mil no exercício.

Considerando o julgamento relevante efetuado pela diretoria de que a decisão do STJ (Tema 1.182) abrange os diferimentos do ICMS, a avaliação da incerteza do tratamento dos tributos sobre o lucro, bem como a relevância e a complexidade para definição dos critérios na apuração dos valores envolvidos, esse foi um dos principais temas de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Entendimento dos controles internos relevantes para o registro e mensuração dos valores envolvidos no tema, e o monitoramento do cumprimento das legislações vigentes.
- Avaliação, com auxílio de nossos especialistas tributários, (i) da documentação suporte preparada pela diretoria para cumprimento das condições estabelecidas na legislação tributária para fruição dos incentivos fiscais; (ii) obtenção do entendimento do processo e dos critérios de apuração dos referidos valores excluídos das apurações do IRPJ e CSLL; (iii) das decisões em primeira instância favoráveis à exclusão dos benefícios na apuração dos tributos sobre o lucro; e, (iv) das opiniões legais e subsequentes atualizações obtidas pela diretoria, no que tange a avaliação da incerteza do tratamento dos tributos sobre o lucro adotado pela Companhia.
- Avaliação da adequação das divulgações efetuadas sobre o tema pela diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e critérios utilizados pela diretoria são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Mensuração do valor justo de ativos biológicos - Nota 7

Os ativos biológicos (cana-de-açúcar) da Companhia são mensurados ao valor justo menos despesas de venda, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação, uma vez que não existe mercado ativo para estes ativos.

Conforme divulgado na Nota 7 às demonstrações financeiras, a mensuração do valor justo destes ativos biológicos é determinada através de

Nossos procedimentos envolveram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos em relação à mensuração dos ativos biológicos, bem como a análise do modelo utilizado para a estimativa do valor justo menos despesa de venda dos ativos biológicos.

Testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, mediante comparação com as

São Martinho S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>técnicas de avaliação amparada por mercado não observável e líquido (Nível 3), com premissas que consideram dados internos e externos, principalmente relacionadas à produtividade prevista, preços médios projetados de Açúcar Total Recuperável (ATR) e taxa de desconto dos fluxos de caixa.</p> <p>Esse é um assunto de atenção de nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da diretoria e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo dos ativos biológicos e, por consequência, no resultado do exercício e na posição patrimonial da Controladora e do Consolidado.</p>	<p>informações e dados internos da Companhia e públicos e/ou de acesso limitado no mercado, bem como a metodologia de cálculo utilizada pela diretoria. Adicionalmente, comparamos os dados utilizados com os indicadores-chave de monitoramento da diretoria e com dados externos divulgados para o setor de atuação da Companhia.</p> <p>Finalmente, comparamos os dados das avaliações feitas com as respectivas divulgações, incluindo a descrição dos principais fatores que podem influenciar na determinação e variação do valor justo menos despesa de venda dos ativos biológicos.</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela diretoria são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

São Martinho S.A.

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

São Martinho S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 17 de junho de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027654/F-4

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PRO35795/O-1 "T" SP

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Demonstração do valor adicionado.....	8
1. Contexto operacional	8
2. Resumo das políticas contábeis materiais.....	9
3. Principais usos de estimativas e julgamentos.....	14
4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	16
5. Contas a receber de clientes.....	16
6. Estoques e adiantamentos a fornecedores.....	17
7. Ativos biológicos.....	18
8. Tributos a recuperar.....	20
9. Partes relacionadas	21
10. Investimentos	23
11. Imobilizado	24
12. Intangível.....	27
13. Direito de uso, Arrendamentos a pagar e Parcerias Agrícolas a pagar.....	29
14. Empréstimos e financiamentos.....	32
15. Fornecedores.....	34
16. Obrigações e Direitos com a Copersucar.....	34
17. Aquisição e alienação de participação societária - valores a pagar e receber.....	36
18. Patrimônio líquido.....	37
19. Programa de participação nos lucros e resultados.....	41
20. Imposto de renda e contribuição social.....	41
21. Compromissos.....	44
22. Provisão para contingências	46
23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos	49
24. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros.....	57
25. Valor Justo	58
26. Informação por segmento (consolidado)	59
27. Receitas.....	61
28. Custos e despesas por natureza	63
29. Outras receitas, líquidas	63
30. Resultado financeiro.....	64
31. Lucro por ação	64
32. Cobertura de seguros	64
33. Evento subsequente	65

Balanço Patrimonial

Em 31 de março de 2024 e 2023

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	204.467	272.342	204.560	273.408	Empréstimos e financiamentos	14	1.094.298	1.028.224	1.096.406	1.028.509
Aplicações financeiras	4	2.672.698	2.643.193	2.946.218	2.804.873	Arrendamento a pagar	13	108.047	115.855	108.047	115.855
Contas a receber de clientes	5	651.856	259.493	666.112	274.904	Parceria agrícola a pagar	13	554.864	569.854	554.864	569.854
Instrumentos financeiros derivativos	23	103.208	163.242	103.208	163.242	Instrumentos financeiros derivativos	23	158.129	328.695	158.129	328.695
Estoques e adiantamentos a fornecedores	6	602.885	687.944	609.479	694.118	Fornecedores	15	422.212	294.679	408.590	281.311
Ativos biológicos	7	1.364.508	1.160.568	1.364.508	1.160.568	Obrigações com a Copersucar	16	8.336	13.539	8.336	13.539
Tributos a recuperar	8	243.790	213.970	243.843	214.253	Salários e contribuições sociais		238.995	193.597	240.837	195.162
Imposto de renda e contribuição social	20	73.313	93.631	73.355	93.880	Tributos a recolher		39.885	19.916	40.791	21.094
Partes relacionadas	9	105.200	-	-	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar	20	-	-	9.470	8.490
Outros ativos		15.443	6.530	17.874	8.229	Dividendos a pagar	18	150.139	5.963	150.139	5.963
TOTAL DO CIRCULANTE		6.037.368	5.500.913	6.229.157	5.687.475	Adiantamentos de clientes		36.591	5.066	37.414	5.173
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo						Aquisição de participações societárias	9 e 17	-	11.571	-	11.571
Aplicações financeiras	4	71.231	38.497	71.231	38.497	Outros passivos		27.311	18.558	41.407	30.565
Estoques e adiantamentos a fornecedores	6	126.731	224.678	126.731	224.678	TOTAL DO CIRCULANTE		2.838.807	2.605.517	2.854.430	2.615.781
Instrumentos financeiros derivativos	23	207.898	225.568	207.898	225.568	NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar	8	489.454	228.308	490.000	230.676	Empréstimos e financiamentos	14	5.400.932	5.556.109	5.440.412	5.595.374
Imposto de renda e contribuição social	20	8.983	8.983	8.983	8.983	Arrendamento a pagar	13	528.856	586.228	528.856	586.228
Depósitos judiciais	22	1.491.196	1.088.972	1.491.213	1.088.976	Parceria agrícola a pagar	13	1.682.993	1.769.834	1.682.993	1.769.834
Contas a receber de clientes	5	-	-	32.272	40.692	Instrumentos financeiros derivativos	23	13.596	7.250	13.596	7.250
Outros ativos	9, 16 e 17	369.560	234.287	369.560	234.425	Obrigações com a Copersucar	16	173.709	162.986	173.709	162.986
Total do realizável a longo prazo		2.765.053	2.049.293	2.797.888	2.092.495	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	461.735	632.750	821.353	997.134
Investimentos	10	1.738.747	1.720.098	54.692	47.798	Provisão para contingências	22	123.251	110.706	124.166	111.541
Imobilizado	11	6.181.744	5.774.273	8.045.148	7.606.567	Tributos com exigibilidade suspensa	16(b)	1.869.563	1.063.378	1.869.563	1.063.378
Intangível	12	443.304	439.135	454.967	464.125	Outros passivos		-	1.916	-	1.916
Direito de uso	13	2.789.597	2.925.325	2.789.597	2.925.325	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		10.254.635	9.891.157	10.654.648	10.295.641
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		13.918.445	12.908.124	14.142.292	13.136.310	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
TOTAL DO ATIVO						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		19.955.813	18.409.037	20.371.449	18.823.785	Capital social	18	3.941.717	3.161.384	3.941.717	3.161.384
						Ações em tesouraria		(16.325)	(139.997)	(16.325)	(139.997)
						Ajustes de avaliação patrimonial		1.118.158	1.062.480	1.118.158	1.062.480
						Reservas de lucros		1.818.821	1.828.496	1.818.821	1.828.496
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.862.371	5.912.363	6.862.371	5.912.363
						TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.955.813	18.409.037	20.371.449	18.823.785

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas	27	6.756.027	6.494.335	6.891.738	6.627.566
Custo dos produtos vendidos	28	(5.334.452)	(4.689.845)	(5.216.291)	(4.589.655)
Lucro bruto		1.421.575	1.804.490	1.675.447	2.037.911
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	28	(243.005)	(209.680)	(255.455)	(221.597)
Despesas gerais e administrativas	28	(326.074)	(250.241)	(343.266)	(264.367)
Resultado de equivalência patrimonial	10	234.069	206.044	8.318	5.033
Outras receitas, líquidas	29	1.446.346	517.710	1.446.441	519.569
		1.111.336	263.833	856.038	38.638
Lucro operacional		2.532.911	2.068.323	2.531.485	2.076.549
Resultado financeiro	30				
Receitas financeiras		308.723	287.753	333.691	314.882
Despesas financeiras		(935.202)	(895.891)	(939.183)	(898.220)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(93.894)	(174.942)	(93.894)	(174.942)
Derivativos		(45.478)	(124.657)	(45.478)	(124.657)
		(765.851)	(907.737)	(744.864)	(882.937)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.767.060	1.160.586	1.786.621	1.193.612
Imposto de renda e contribuição social	20(c)				
Do exercício		(494.679)	(240.691)	(514.421)	(273.804)
Diferidos		203.898	95.849	204.079	95.936
Lucro líquido do exercício		1.476.279	1.015.744	1.476.279	1.015.744
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	31	4,2622	2,9325	4,2622	2,9325

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

Em milhares de reais

Controladora e consolidado	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.476.279	1.015.744
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		
Movimento no exercício:		
Variação do valor justo		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(36.315)	(38.879)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	94.651	58.616
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	108.118	89.269
	<u>166.454</u>	<u>109.006</u>
Reconhecimento no resultado operacional		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	81.715	8.519
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(173.514)	(175.492)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	19.957	5.322
	<u>(71.842)</u>	<u>(161.651)</u>
Baixa por inefetividade		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	128	(676)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	1.974	8.620
	<u>2.102</u>	<u>7.944</u>
Total movimento no exercício		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	45.528	(31.036)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(76.889)	(108.256)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	128.075	94.591
Tributos diferidos sobre os itens acima	(32.883)	15.198
	<u>63.831</u>	<u>(29.503)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>1.540.110</u>	<u>986.241</u>



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

Em milhares de reais

	Nota	Ajustes de avaliação patrimonial											Lucros acumulados	Total
		Capital social	Ações em tesouraria	Deemed cost		Hedge accounting	Outras	Legal	Orçamento de capital	Reserva de lucros				
				Própria	De investidas					Reserva de lucros a realizar	Reserva de incentivos fiscais	Dividendos adicionais		
Saldo em 31 de março de 2022		2.681.571	(139.997)	106.799	1.183.641	(190.610)	644	262.776	1.030.260	21.989	229.887	131.465	-	5.318.425
Aumento de capital com reservas	18(a)	479.813	-	-	-	-	-	-	(397.880)	-	(81.933)	-	-	-
Realização de mais-valia de <i>deemed cost</i>	18(c. i)	-	-	(8.910)	325	-	-	-	-	-	-	-	8.585	-
Resultado com derivativos - <i>hedge accounting</i>	18(c. ii)	-	-	-	-	(29.503)	-	-	-	-	-	-	-	(29.503)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	18(d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	169.867	-	(169.867)	-
Realização de reserva de lucros a realizar, a pagar	18(d)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.932)	-	-	-	(5.932)
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos	18(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(131.465)	-	(131.465)
Ajustes de avaliação patrimonial de investidas		-	-	-	-	-	94	-	-	-	-	-	-	94
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.015.744	1.015.744
Destinação do lucro:														
Constituição de reservas	18 (d)	-	-	-	-	-	-	50.787	279.607	-	-	-	-	(330.394)
Juros sob capital próprio, pagos	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(255.000)
Dividendos adicionais	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	269.068	(269.068)	-
Saldo em 31 de março de 2023		3.161.384	(139.997)	97.889	1.183.966	(220.113)	738	313.563	911.987	16.057	317.821	269.068	-	5.912.363
Aumento de capital com reservas	18(a)	780.333	-	-	-	-	-	-	(632.380)	-	(147.953)	-	-	-
Cancelamento de ações em tesouraria	18(b)	-	139.997	-	-	-	-	-	(139.997)	-	-	-	-	-
Aquisição de ações de emissão própria	18(b)	-	(16.325)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.325)
Realização de mais-valia de <i>deemed cost</i>	18(c. i)	-	-	(8.515)	(33)	-	-	-	-	-	-	-	8.548	-
Resultado com derivativos - <i>hedge accounting</i>	18(c. ii)	-	-	-	-	63.831	-	-	-	-	-	-	-	63.831
Constituição de reserva de incentivos fiscais	18(d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	333.607	-	(333.607)	-
Realização de reserva de lucros a realizar, a pagar	18(d)	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.057)	-	-	-	(16.057)
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos	18(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(269.068)	-	(269.068)
Ajustes de avaliação patrimonial de investidas		-	-	-	-	-	395	-	-	-	-	-	-	395
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.476.279	1.476.279
Destinação do lucro:														
Constituição de reservas	18 (d)	-	-	-	-	-	-	73.814	788.359	-	-	-	-	(862.173)
Juros sob capital próprio, pagos	18(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(155.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	18(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(134.047)
Saldo em 31 de março de 2024		3.941.717	(16.325)	89.374	1.183.933	(156.282)	1.133	387.377	927.969	-	503.475	-	-	6.862.371

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		1.476.279	1.015.744	1.476.279	1.015.744
Ajustes					
Depreciação e amortização	28	1.137.270	1.071.191	1.141.214	1.075.457
Ativos biológicos colhidos	28	1.207.230	1.049.119	1.207.230	1.049.119
Varição no valor justo de ativos biológicos, produtos agrícolas e CBIOS	28	10.314	176.167	10.314	176.167
Provisão para perdas na realização dos estoques	28	2.814	-	2.814	-
Amortização de contratos de energia		-	-	8.800	5.642
Resultado de equivalência patrimonial	10	(234.069)	(206.044)	(8.318)	(5.033)
Resultado de investimento e imobilizado baixados	11	(4.477)	2.745	(4.015)	2.745
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		350.878	419.766	334.974	398.746
Instrumentos financeiros derivativos		(26.502)	(36.987)	(26.502)	(36.987)
Constituição de provisões para contingências, líquidas	22.1	34.656	34.336	34.758	34.392
Imposto de renda e contribuição social	20 b	290.781	144.842	310.342	177.868
Tributos com exigibilidade suspensa		806.186	337.544	806.186	337.544
Reversão de provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa		-	-	14	-
Ajuste a valor presente e outros		248.345	245.394	253.883	249.377
		5.299.705	4.253.817	5.547.973	4.480.781
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(411.805)	(112.142)	(411.593)	(100.124)
Estoques		68.603	(52.163)	68.182	(52.325)
Tributos a recuperar		(165.377)	(224.989)	(163.001)	(226.678)
Instrumentos financeiros derivativos		(71.415)	(31.179)	(71.415)	(31.179)
Outros ativos		(406.145)	(299.646)	(405.283)	(299.366)
Fornecedores		121.974	(61.304)	119.473	(77.099)
Salários e contribuições sociais		45.397	2.862	45.674	3.376
Tributos a recolher		(493.198)	(237.696)	(497.703)	(242.525)
Obrigações com a Copersucar		1.517	(2.446)	1.517	(2.446)
Provisão para contingências (liquidações)	22.1	(40.481)	(22.801)	(40.584)	(22.801)
Outros passivos		39.780	(69.098)	41.786	(71.077)
Caixa proveniente das operações		3.988.555	3.143.215	4.235.026	3.358.537
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	14	(455.230)	(309.914)	(456.637)	(310.702)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.556)	(32.734)	(17.889)	(60.467)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		3.529.769	2.800.567	3.760.500	2.987.368
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Recebimento (aplicação) de recursos em investimentos		(8.965)	(11.837)	(8.965)	(11.837)
Adições ao imobilizado e intangível	11 e 12	(961.224)	(1.175.257)	(994.515)	(1.197.351)
Adições ao plantio e tratos (ativo)		(1.495.098)	(1.373.806)	(1.495.098)	(1.373.806)
Aplicações financeiras		80.934	264.732	(8.017)	319.078
Recebimento de recursos pela venda de imobilizado	11	9.357	5.652	9.357	5.652
Adiantamento para futuro aumento de capital		(105.200)	-	-	(139)
Recebimento de dividendos		215.817	237.600	1.156	1.723
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.264.379)	(2.052.916)	(2.496.082)	(2.256.680)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de arrendamento e parceria agrícola	13	(676.061)	(577.319)	(676.061)	(577.319)
Captação de financiamentos - terceiros	14	573.721	857.242	573.721	875.242
Amortização de financiamentos - terceiros	14	(812.990)	(494.266)	(812.990)	(494.266)
Aquisição de ações em tesouraria		(10.482)	-	(10.482)	-
Outros recebimentos		710	-	711	-
Pagamento de dividendos e juros sob capital próprio		(408.163)	(375.840)	(408.165)	(375.840)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(1.333.265)	(590.183)	(1.333.266)	(572.183)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(67.875)	157.468	(68.848)	158.505
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	272.342	114.874	273.408	114.903
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	204.467	272.342	204.560	273.408
Informações adicionais					
Saldos em aplicações financeiras (ativo circulante)	4	2.672.698	2.643.193	2.946.218	2.804.873
Total de recursos disponíveis	4	2.877.165	2.915.535	3.150.778	3.078.281

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas				
Vendas brutas de mercadorias e produtos	7.088.302	6.668.261	7.234.082	6.814.471
Receita referente a construção de ativos próprios	1.830.997	1.684.543	1.831.030	1.684.768
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	14	-
Outras receitas	15.486	8.802	15.018	8.705
	<u>8.934.785</u>	<u>8.361.606</u>	<u>9.080.144</u>	<u>8.507.944</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(2.206.608)	(1.701.565)	(2.055.256)	(1.567.513)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(2.233.854)	(1.993.983)	(2.281.199)	(2.040.986)
Perda de valores ativos	(2.814)	-	(2.814)	-
	<u>(4.443.276)</u>	<u>(3.695.548)</u>	<u>(4.339.269)</u>	<u>(3.608.499)</u>
Valor adicionado bruto	<u>4.491.509</u>	<u>4.666.058</u>	<u>4.740.875</u>	<u>4.899.445</u>
Depreciação e amortização	(1.137.270)	(1.071.191)	(1.141.214)	(1.075.457)
Ativos biológicos colhidos	(1.207.230)	(1.049.119)	(1.207.230)	(1.049.119)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>2.147.009</u>	<u>2.545.748</u>	<u>2.392.431</u>	<u>2.774.869</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	234.069	206.044	8.318	5.033
Receitas financeiras	650.160	670.565	675.241	697.920
Outras	1.593.604	563.198	1.594.153	565.155
Valor adicionado total a distribuir	<u>4.624.842</u>	<u>3.985.555</u>	<u>4.670.143</u>	<u>4.042.977</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	816.944	715.280	818.621	716.628
Benefícios	312.253	274.358	313.767	275.612
FGTS	71.697	69.028	71.825	69.145
Honorários dos administradores	41.279	36	42.767	1.463
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	442.435	284.467	478.169	334.269
Estaduais	41.651	40.051	41.989	40.418
Municipais	1.675	1.886	2.032	2.193
Financiadores				
Juros	911.892	874.223	915.409	876.750
Aluguéis	12.140	8.671	12.177	8.708
Variações cambiais	287.769	456.016	287.773	456.065
Outras	208.828	245.795	209.335	245.982
Pagamento de juros sob capital próprio	155.000	255.000	155.000	255.000
Lucros retidos do exercício	1.321.279	760.744	1.321.279	760.744
Valor adicionado distribuído	<u>4.624.842</u>	<u>3.985.555</u>	<u>4.670.143</u>	<u>4.042.977</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A São Martinho S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pradópolis, no estado de São Paulo. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "São Martinho") têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar à fabricação e comercialização de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar, fabricação de etanol de milho e demais coprodutos, cogeração de energia elétrica, exploração de empreendimentos imobiliários, exploração agrícola, importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades.

Aproximadamente 70% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, acionistas, empresas ligadas e parcerias agrícolas enquanto os restantes 30% são fornecidos por terceiros (fornecedores). Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período anual de safra no Centro-Sul do Brasil inicia em abril e se encerra em dezembro, ocasionando flutuações nos estoques da Companhia. Vale ressaltar que o fornecimento da matéria-prima pode ser afetado por condições climáticas adversas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, que geralmente ocorre entre os meses de abril a dezembro, período em que também se concentra a produção de açúcar, etanol e cogeração de energia.

Em março de 2023, inauguramos as operações da planta de etanol de milho na Usina Boa Vista, com capacidade de processamento de 495 mil toneladas de milho e a produção estimada de 200 mil metros cúbicos de etanol por safra. Além disso, a planta também se destaca na produção de DDGS (Distillers Dried Grains with Solubles) e óleo de milho, ampliando nossa gama de produtos.

A Companhia é controlada pela *holding* LJM Participações S.A. ("LJM"), com participação de 54,92% no capital votante.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de administração da Companhia em 17 de junho de 2024.

Conflitos Geopolíticos

Os conflitos geopolíticos representam um risco para a São Martinho. A escalada desses conflitos em regiões-chave de produção de petróleo pode aumentar as variações nos preços de produtos vendidos, taxas, câmbio e insumos e questões logísticas, a depender da situação. Esses riscos podem impactar a receita e custos operacionais da Companhia.

Variações Climáticas

Riscos associados às condições climáticas podem impactar a Companhia, especialmente geadas, questões hídricas decorrentes de secas prolongadas e incêndios, refletindo negativamente a produtividade dos canaviais, e consequentemente a produção de açúcar, etanol e outros coprodutos, podendo afetar as receitas, custos e valor dos ativos biológicos.

Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras atuais.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As referidas demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPC, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerá-los retorno dos investimentos realizados.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas. Essas áreas que demandam um nível mais elevado de julgamento e apresentam maior complexibilidade, assim como as áreas em que premissas e estimativas têm um impacto significativo nas demonstrações financeiras, estão detalhadas na Nota 3.

2.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. As alterações do IAS 1 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, no caso da Companhia, a partir e 1º de abril de 2024.

- **Alteração ao IFRS 16/CPC 6 - Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2024.
- **Alteração ao IAS 7/CPC 3 - Demonstração dos fluxos de caixa:** a alteração emitida em maio de 2023 descreve as características de acordos de financiamento de fornecedores e exige divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2024.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia ou de suas controladas.

2.3 Base de consolidação e investimentos em controladas

As controladas são todas as entidades que a Companhia detém o controle, e são completamente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação dessas entidades é interrompida a partir do momento em que a Companhia deixa de exercer o controle sobre elas.

Os saldos consolidados nas demonstrações financeiras atuais representam 100% da participação no capital social das seguintes empresas:

Empresa	Atividades principais
São Martinho Terras Agrícolas S.A. ("SM Terras Agrícolas")	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, locação e venda de imóveis.
São Martinho Terras Imobiliárias S.A. ("SM Terras Imobiliárias") (i)	Venda e compra de imóveis, incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários e minerários.
Bioenergética São Martinho S.A. ("Bio SM")	Cogeração de energia elétrica.
Bioenergética Santa Cruz S.A. ("Bio SC")	Cogeração de energia elétrica.
Bioenergética Boa Vista S.A. ("Bio BV")	Cogeração de energia elétrica.
Bioenergia São Martinho Ltda. ("Bioenergia SM") (ii)	Cogeração de energia elétrica.
São Martinho Logística e Participações S.A. ("SM Logística")	Armazenagem de produtos em geral.
São Martinho Inova S.A. ("SM Inova")	Participação em sociedades.
Biometano Santa Cruz Ltda. ("Biometano SC") (ii)	Produção e processamento de gás.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) SM Terras Imobiliárias inclui suas controladas que possuem atividades de incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários, constituídas através de SPEs (Sociedades de Propósitos Específicos).
- (ii) Empresas em fase pré-operacional.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Todas as informações financeiras expressas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia adota o IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de *hedge*), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas". Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

Para contabilidade de *hedge*, a Companhia continua adotando os requerimentos da IAS 39/CPC 38, conforme facultado pela IFRS 9.

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados como: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação.

b) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos, parceria agrícola, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como custo amortizado. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*.

As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa, tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial") e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício ("Resultado financeiro"). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações do objeto do *hedge*.

2.7 Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

O ágio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder: (a) a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida; e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data da aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, avaliados a valor justo. Se, após a reavaliação, a participação da São Martinho no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a), (b) e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho decorrente de compra vantajosa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ágio correspondente a entidades incorporadas é apresentado na rubrica específica "Intangível" no balanço patrimonial da controladora e consolidado.

Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

Custos de aquisição incorridos são contabilizados como despesas

Ao adquirir um negócio, a São Martinho avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte da adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pela adquirente na adquirida é mensurado novamente na data da aquisição a valor justo por meio do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é registrado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas no valor recuperável. Para o teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da São Martinho que devem ser beneficiadas pela combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

3. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

a) Perda (*impairment*)

Anualmente, a São Martinho testa eventuais perdas (*impairment*) nos ágios. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 12).

b) Valor justo dos ativos biológicos

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados (Nota 7).

c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A São Martinho reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado. A Companhia considerou como benefícios fiscais a exclusão do diferimento de ICMS, redução de base de cálculo, redução de alíquota, dentre outros, nas apurações de IRPJ e CSLL, conforme mencionado na Nota 22.5.

d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas de tais técnicas se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço, quando for possível. No entanto, quando isso não for viável, é necessário um nível de julgamento para apuração do valor justo, em relação a dados como liquidez, risco de crédito e volatilidade.

e) Provisão para contingências

A São Martinho é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da diretoria, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

f) Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

Os direitos de uso e passivos de arrendamentos e parceria agrícola são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito da arrendatária, do prazo do contrato e das garantidas oferecidas.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

	Controladora			Consolidado		
	Rendimento anual	2024	2023	Rendimento anual	2024	2023
Caixa e bancos - no Brasil		202	1.520		295	2.586
Caixa e bancos - no exterior (dólar norte-americano)	4,2%	204.265	21.454	4,2%	204.265	21.454
Aplicações financeiras						
. Aplicações em moeda estrangeira (i)	4,4%	-	249.368	4,4%	-	249.368
Total de caixa e equivalentes de caixa		204.467	272.342		204.560	273.408
Aplicações financeiras						
. Fundo de investimento	102,2% CDI	2.645.006	2.404.356	102,2% CDI	2.916.882	2.566.036
. CDB	96,9% CDI	27.692	238.837	94,6% CDI	29.336	238.837
. Outros (ii)	94,1% CDI	71.231	38.497	94,1% CDI	71.231	38.497
Total de aplicações financeiras		2.743.929	2.681.690		3.017.449	2.843.370
Total de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras		2.948.396	2.954.032		3.222.009	3.116.778
No ativo não circulante		71.231	38.497		71.231	38.497
Total de recursos disponíveis		2.877.165	2.915.535		3.150.778	3.078.281

(i) Time Deposits (TD).

(ii) Recursos dados em garantia para operações de financiamento junto ao BNDES e corretoras com restrição de resgate até o vencimento dos contratos.

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo seu valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cientes mercado interno	325.170	92.808	372.402	149.628
Cientes mercado externo	326.712	166.711	326.712	166.711
(-) Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	(26)	(26)	(730)	(743)
	651.856	259.493	698.384	315.596
Ativo circulante	(651.856)	(259.493)	(666.112)	(274.904)
Ativo não circulante	-	-	32.272	40.692

O saldo das contas a receber por data de vencimento é apresentado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer:	650.107	259.458	696.577	315.177
Vencidas e não provisionadas:				
até 30 dias	331	1	360	92
acima de 30 dias	1.418	34	1.447	327
	651.856	259.493	698.384	315.596

Do saldo a receber, R\$ 1.018 na Controladora e R\$ 240 no Consolidado (comparado a R\$ 1.987 na Controladora e R\$ 397 no Consolidado em 31 de março de 2023) referem-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

6. Estoques e adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Produtos acabados e em elaboração	66.675	98.396	66.675	98.396
Matéria-prima - Milho	157.034	251.944	157.034	251.944
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	48.601	45.235	48.601	45.235
Adiantamentos - compras de insumos e produtos acabados	95.314	76.593	95.314	76.593
Renovabio - CBIOs (i)	1.642	4.209	1.642	4.209
Insumos, materiais auxiliares para manutenção e outros	236.433	211.567	236.433	211.567
Loteamentos - Terrenos	-	-	6.594	6.174
Provisão para perdas na realização dos estoques	(2.814)	-	(2.814)	-
	602.885	687.944	609.479	694.118
Não circulante				
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	126.731	224.678	126.731	224.678
	126.731	224.678	126.731	224.678
	729.616	912.622	736.210	918.796

(i) Em 31 de março de 2024, existiam 23 mil CBIOs escriturados e registrados a valor realizável líquido (em comparação com 60 mil CBIOs em 31 de março de 2023).

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, e são ajustados, quando necessário, por meio da provisão para redução aos valores de realização. No caso dos estoques de terrenos (loteamentos), que correspondem aos empreendimentos imobiliários, são apresentados pelo custo histórico.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Do saldo de adiantamentos registrados na rubrica de estoques, R\$ 1.286 na Controladora e no Consolidado referem-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

7. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. A cada colheita, são realizados os tratos culturais, que proporcionam melhores condições para o crescimento e desenvolvimento da lavoura após a colheita. Com a realização desse processo, a lavoura de cana-de-açúcar (ativo imobilizado) ganha produtividade e conseqüentemente aumento da sua vida útil. Sendo assim, os dispêndios com tratos culturais são classificados no grupo de atividades de investimentos da demonstração do fluxo de caixa.

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas. A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação de: (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável); e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e
- b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As principais premissas utilizadas na determinação do referido valor justo foram:

Controladora e Consolidado	2024	2023
Área total estimada de colheita (ha)	246.604	244.695
Quantidade de Açúcar Total Recuperável "ATR" por hectare	12,15	11,45
Preço médio projetado de ATR (R\$)	1,12	1,11

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas demonstrações financeiras atuais, a taxa de desconto utilizada para cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 9,6% a.a. (12,1% a.a. em 31 de março de 2023).

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, utilizando uma taxa de desconto, adequada para remunerar o investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos, com contrapartida na subconta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos" no resultado do exercício.

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício é a seguinte:

Controladora e Consolidado	2024	2023
Custo histórico	1.351.751	1.263.787
Valor justo	(191.183)	(44.506)
Saldo inicial de ativos biológicos:	1.160.568	1.219.281
Aumentos decorrentes de tratos	868.238	883.054
Transferência do imobilizado	527.313	206.519
Variação no valor justo	(7.367)	(146.677)
Reduções decorrentes da colheita	(1.184.244)	(1.001.609)
Saldo final de ativos biológicos:	1.364.508	1.160.568
Composto por:		
Custo histórico	1.563.058	1.351.751
Valor justo	(198.550)	(191.183)
Saldo final de ativos biológicos:	1.364.508	1.160.568

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, o resultado das safras futuras podem ser afetados, aumentados ou reduzidos.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2024, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 116.659. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 107.625.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Tributos a recuperar

A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
PIS / COFINS	120.204	139.922	120.204	139.963
ICMS (i)	118.880	69.950	118.933	69.969
Reintegra	1.533	2.782	1.533	2.782
Outros	3.173	1.316	3.173	1.539
	243.790	213.970	243.843	214.253
Não Circulante				
PIS / COFINS	107.858	116.394	107.858	116.394
ICMS (i)	363.278	94.783	363.824	97.151
IOF sobre derivativos	10.285	9.701	10.285	9.701
INSS	8.033	7.430	8.033	7.430
	489.454	228.308	490.000	230.676
	733.244	442.278	733.843	444.929

(i) A variação do saldo de ICMS a recuperar refere-se substancialmente aos créditos sobre materiais intermediários considerados como essenciais para o processo produtivo, no montante de R\$ 275.515, registrados por decisão favorável em ação declaratória, conforme mencionado na nota 22.6. Do montante registrado, R\$ 188.547 está na rubrica de outras receitas (Nota 29), R\$ 81.032 no resultado financeiro que se refere a atualização dos créditos e R\$ 5.936 como estoques e custo. Os créditos serão utilizados substancialmente nas operações da Companhia.

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Partes relacionadas

a) Saldos da Controladora e do Consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo circulante				
Contas a receber (i)				
Bio BV	229	1.188	-	-
Bio SM	360	303	-	-
Bio SC	27	16	-	-
SM Terras Imobiliárias	77	27	-	-
SM Terras Agrícolas	7	12	-	-
Outros	318	441	240	397
	1.018	1.987	240	397
Estoques e adiantamentos a fornecedores				
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	295	-	295	-
Outros	991	-	991	-
	1.286	-	1.286	-
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Biometano SC (ii)	105.200	-	-	-
	105.200	-	-	-
Ativo não circulante				
Outros ativos				
Luiz Ometto Participações S.A. (nota 17)	-	19.590	-	19.590
	-	19.590	-	19.590
Passivo circulante				
Fornecedores				
SM Terras Agrícolas	18.647	16.316	-	-
SM Terras Imobiliárias	-	1.782	-	-
Bio SC	245	140	-	-
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	106	210	106	210
Outros	73	15	73	15
	19.071	18.463	179	225
Aquisição de participação societária				
Luiz Ometto Participações S.A. (nota 17)	-	11.571	-	11.571
	-	11.571	-	11.571
Passivo circulante e não circulante				
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar				
De acionistas e partes relacionadas	543.794	612.986	543.794	612.986

- (i) Referem-se substancialmente ao rateio das despesas com serviços administrativos e venda de vapor.
- (ii) O valor refere-se à aporte de capital para a construção da planta de Biometano, conforme nota 2.3.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Transações da Controladora e do Consolidado no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita de vendas				
Bio BV	8.489	11.366	-	-
Bio SM	7.723	7.862	-	-
Bio SC	4.740	5.932	-	-
	20.952	25.160	-	-
Receita de arrendamento (Compras de produtos e serviços) / despesas reembolsadas				
SM Terras Agrícolas	(95.528)	(73.135)	-	-
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	(21.909)	(23.200)	(21.919)	(16.172)
SM Terras Imobiliárias	(34.123)	(34.863)	-	-
Bio SC	(825)	(877)	-	-
Bio BV	446	206	-	-
Bio SM	127	82	-	-
	(151.812)	(131.787)	(21.919)	(16.172)
Acionistas e partes relacionadas				
Compra de cana-de-açúcar / arrendamento de terras / despesas reembolsadas				
Agro Pecuária Boa Vista S/A	(59.964)	(60.003)	(59.964)	(60.003)
Outros	(22.310)	(16.360)	(22.597)	(16.649)
	(82.274)	(76.363)	(82.561)	(76.652)
Resultado financeiro				
Receitas (despesas) financeiras				
Luiz Ometto Participações S.A. (nota 17)	946	946	(149)	(149)
Outros (i)	(50.117)	(59.167)	(50.117)	(59.167)
	(49.171)	(58.221)	(50.266)	(59.316)

(i) Ajuste a valor presente de contratos de parcerias e arrendamentos, líquidos de tributos.

As receitas de vendas referem-se à venda de vapor, enquanto as compras de produtos e serviços incluem a aquisição de cana-de-açúcar, energia elétrica, serviço de industrialização de vapor e *royalties*. As despesas reembolsadas por controladas ou partes relacionadas correspondem a gastos rateados de serviços administrativos. As transações com partes relacionadas estão respaldadas por contratos e são conduzidas de acordo com condições estabelecidas entre as partes.

c) Remuneração dos Administradores:

A remuneração paga (ou a pagar) está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Remuneração fixa, variável e benefícios	39.319	28.296	41.745	29.363
Contribuições previdenciárias e sociais	7.686	2.265	8.118	2.265
Total da remuneração e encargos	47.005	30.561	49.863	31.628

d) Planos de incentivo de longo prazo:

A São Martinho possui um plano de opções virtuais de compra de ações aos diretores da Companhia também estendido a outros executivos. Este plano prevê a liquidação em caixa da diferença positiva entre o valor de mercado no dia anterior ao exercício versus o preço fixado em cada plano.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 11 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a outorga de 1.393.489 opções virtuais, através do 15º Plano de Opções de Compra de Ações, e 438.000 ações virtuais (exercíveis em dezembro de 2028), cujos regulamentos encontram-se arquivados na sede da Companhia.

O valor contábil do passivo nas demonstrações financeiras atuais, referente ao cálculo do valor justo do Plano de Opções e Ações Virtuais é de R\$ 22.364 (comparado a R\$ 12.556 em 31 de março de 2023).

Os saldos dos planos de opções virtuais emitidos e sua movimentação na data das demonstrações financeiras atuais estão demonstrados a seguir:

Plano	10º Plano	11º Plano	12º Plano	13º Plano	14º Plano	15º Plano	Total
Data de concessão do plano	10/12/2018	09/12/2019	14/12/2020	13/12/2021	12/12/2022	11/12/2023	
Data limite para exercício	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
Quantidade opções virtuais outorgadas	1.133.513	1.072.712	754.980	563.175	1.463.211	1.393.489	6.381.080
Quantidade opções virtuais exercidas/extintas	(828.137)	(428.686)	(82.211)	(24.896)	(56.325)	-	(1.420.255)
Saldo opções virtuais a exercer	305.376	644.026	672.769	538.279	1.406.886	1.393.489	4.960.825
Preço do exercício (R\$)	19,07	19,38	24,22	37,17	27,44	33,70	

As opções virtuais para cada um dos planos poderão ser exercidas após os seus respectivos períodos de carência, que seguem a seguinte sistemática: 1/3 após 2º ano da outorga, 1/3 após o 3º ano da outorga e 1/3 após o 4º ano da outorga, todas com prazo limite conforme estabelecido em cada plano. Os valores limites aprovados em AGO referem-se às opções virtuais a serem outorgadas naquele exercício.

10. Investimentos

O saldo de investimentos da Controladora e Consolidado em outras sociedades é composto da seguinte maneira:

Empresa	% de participação	Patrimônio líquido		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023
		Controladora					
Classificados no Investimento							
SM Terras Agrícolas	100,00%	855.747	839.802	855.747	839.802	90.695	69.758
SM Terras Imobiliárias	100,00%	672.337	686.649	672.337	686.996	29.329	32.709
Bio SC	100,00%	55.937	47.593	58.172	58.726	47.632	27.692
SM Inova	100,00%	49.455	42.361	49.455	42.361	8.345	5.029
Bio SM	100,00%	36.142	27.805	36.142	27.805	20.337	27.197
Bio BV	100,00%	35.435	32.123	35.435	32.123	38.511	43.459
Bioenergia SM	100,00%	29.218	31.189	29.218	31.189	(1.971)	119
SM Logística	100,00%	1.141	1.097	1.141	1.096	91	81
Biometano SC	100,00%	1.100	-	1.100	-	1.100	-
Total classificados no Investimento		1.736.512	1.708.619	1.738.747	1.720.098	234.069	206.044

Empresa	% de participação	Patrimônio líquido		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023
		Consolidado					
Classificados no Investimento							
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (I)	5,41%	980.599	862.600	53.094	46.705	8.315	4.950
Outros		-	-	1.598	1.093	3	83
Total classificados no Investimento		980.599	862.600	54.692	47.798	8.318	5.033

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Conforme disciplina o item 16 do CPC 18 (R2), a participação no CTC é contabilizada aplicando o método da equivalência patrimonial, uma vez que a Companhia através da sua controlada SM Inova possui influência significativa por ter participação direta no Conselho de Administração da investida.

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as investidas.

A movimentação dos investimentos durante o exercício foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício	1.720.098	1.751.559	47.798	45.565
Resultado de equivalência patrimonial	234.069	206.044	8.318	5.033
Integralização de capital	1	-	139	-
Dividendos distribuídos	(215.816)	(237.599)	(1.975)	(2.899)
Demais reflexos de investimentos	395	94	412	99
Saldo no final do exercício	1.738.747	1.720.098	54.692	47.798

11. Imobilizado

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. Para o exercício findo em 31 de março de 2024 não ocorreram mudanças na vida útil dos ativos. A depreciação é calculada pelo método linear, onde para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem.

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras (*bearer plants*) que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, oito anos após o seu primeiro corte. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para uso pretendido.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Outras imobilizações	Total
Saldos em 31 de março de 2022	96.046	418.728	1.365.682	335.253	451.619	1.521.169	724.727	43.411	4.956.635
Aquisição	-	41	6.437	50.935	26.822	495.783	589.577	4.727	1.174.322
Gastos manutenção entressafra	-	-	275.457	82.987	102.220	-	-	-	460.664
Transferência imobilizado/biológico	-	-	-	-	-	(206.519)	-	-	(206.519)
Custo da alienação	-	(3)	(22)	(949)	(4.092)	(30)	-	(3.301)	(8.397)
Transferências entre grupos	-	145.234	555.920	910	(19.516)	24.863	(708.605)	1.194	-
Depreciação	-	(14.553)	(333.233)	(107.903)	(135.846)	-	-	(10.897)	(602.432)
Saldos em 31 de março de 2023	96.046	549.447	1.870.241	361.233	421.207	1.835.266	605.699	35.134	5.774.273
Custo total	96.046	690.946	2.808.247	590.024	840.405	1.835.266	605.699	193.762	7.660.395
Depreciação acumulada	-	(141.499)	(938.889)	(228.444)	(418.662)	-	-	(158.628)	(1.886.122)
Valor residual	96.046	549.447	1.869.358	361.580	421.743	1.835.266	605.699	35.134	5.774.273
Saldos em 31 de março de 2023	96.046	549.447	1.869.358	361.580	421.743	1.835.266	605.699	35.134	5.774.273
Aquisição	-	4.189	14.820	10.366	96.600	631.989	353.177	1.763	1.112.904
Gastos manutenção entressafra	-	-	276.247	95.862	129.218	-	-	-	501.327
Transferência imobilizado/biológico	-	-	-	-	-	(527.313)	-	-	(527.313)
Custo da alienação	-	-	(796)	(2.284)	(1.792)	-	-	(8)	(4.880)
Transferências entre grupos	-	40.771	372.386	12.635	33.692	7.642	(469.402)	2.276	-
Depreciação	-	(17.493)	(369.858)	(117.297)	(161.002)	-	-	(8.917)	(674.567)
Saldos em 31 de março de 2024	96.046	576.914	2.162.157	360.862	518.459	1.947.584	489.474	30.248	6.181.744
Custo total	96.046	735.906	3.262.120	634.704	984.047	1.947.584	489.474	197.733	8.347.614
Depreciação acumulada	-	(158.992)	(1.099.963)	(273.842)	(465.588)	-	-	(167.485)	(2.165.870)
Valor residual	96.046	576.914	2.162.157	360.862	518.459	1.947.584	489.474	30.248	6.181.744
Valores Residuais :									
Custo histórico	24.759	521.826	2.016.670	347.829	508.564	1.947.584	489.474	30.248	5.886.954
Mais-valia	71.287	55.088	145.487	13.033	9.895	-	-	-	294.790
Taxas médias ponderadas anuais de depreciação/Transferência ativo biológico	-	2%	4%	7%	9%	14%	-	14%	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Benfeitorias e outras imobilizações	Total
Saldos em 31 de março de 2022	1.816.933	419.701	1.430.604	335.253	451.621	1.521.167	752.518	43.414	6.771.211
Aquisição	-	41	6.437	50.935	26.822	495.783	610.667	4.727	1.195.412
Gastos manutenção entressafra	-	-	259.802	84.631	117.519	-	-	-	461.952
Custo da alienação	(178)	5	(22)	(949)	(4.093)	(30)	-	(3.301)	(8.568)
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	(206.519)	-	-	(206.519)
Transferências entre grupos	-	145.234	555.920	910	(19.516)	24.863	(708.605)	1.194	-
Depreciação	-	(14.603)	(320.730)	(109.548)	(151.146)	-	-	(10.894)	(606.921)
Saldos em 31 de março de 2023	1.816.755	550.378	1.932.011	361.232	421.207	1.835.264	654.580	35.140	7.606.567
Custo total	1.816.755	694.006	2.909.759	590.024	840.407	1.835.265	654.580	193.775	9.534.571
Depreciação acumulada	-	(143.628)	(978.630)	(228.445)	(418.664)	-	-	(158.637)	(1.928.004)
Valor residual	1.816.755	550.378	1.931.129	361.579	421.743	1.835.265	654.580	35.138	7.606.567
Saldos em 31 de março de 2023	1.816.755	550.378	1.931.129	361.579	421.743	1.835.265	654.580	35.138	7.606.567
Aquisição	4.500	4.189	15.184	10.366	96.600	631.989	383.417	1.763	1.148.008
Gastos manutenção entressafra	-	-	276.710	95.862	129.218	-	-	-	501.790
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	(527.313)	-	-	(527.313)
Custo da alienação	(462)	-	(796)	(2.284)	(1.792)	-	-	(8)	(5.342)
Transferências entre grupos	-	41.889	425.525	12.635	33.692	7.642	(523.659)	2.276	-
Depreciação	-	(17.538)	(373.806)	(117.297)	(161.002)	-	-	(8.919)	(678.562)
Saldos em 31 de março de 2024	1.820.793	578.918	2.273.946	360.861	518.459	1.947.583	514.338	30.250	8.045.148
Custo total	1.820.793	740.086	3.417.738	634.704	984.047	1.947.583	514.338	197.748	10.257.037
Depreciação acumulada	-	(161.168)	(1.143.792)	(273.843)	(465.588)	-	-	(167.498)	(2.211.889)
Valor residual	1.820.793	578.918	2.273.946	360.861	518.459	1.947.583	514.338	30.250	8.045.148
Valores Residuais :									
Custo histórico	171.565	523.033	2.115.686	347.828	508.564	1.947.583	514.338	30.250	6.158.847
Mais-valia	1.649.228	55.885	158.260	13.033	9.895	-	-	-	1.886.301
Taxas médias ponderadas anuais de depreciação/Transferência ativo biológico	-	2%	4%	8%	9%	14%	-	12%	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme mencionado na Nota 1, durante o exercício findo em 31 de março de 2023, foram iniciadas as operações da planta de etanol de milho, resultando na transferência do saldo de "Obras em Andamento" para as respectivas classes de ativos.

O montante alocado em "Obras em Andamento" refere-se principalmente à construção da planta para fabricação de biogás, com conclusão prevista para agosto de 2025 e ao projeto do plano de irrigação, previsto para junho de 2024.

Devido a certos empréstimos e financiamentos adquiridos pela São Martinho, alguns bens do ativo imobilizado foram oferecidos como garantia. O valor contábil total desses bens no consolidado atinge o montante de R\$ 803.770, dos quais R\$ 39.144 correspondem a imóveis rurais, abrangendo uma área total de 1.505 hectares de terras.

A São Martinho capitalizou encargos financeiros durante o exercício no montante de R\$ 8.199 (comparado a R\$ 11.574 em 31 de março de 2023).

12. Intangível

O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. O ágio é testado anualmente para verificar tais perdas (*impairment*).

Controladora	Ágio rentabilidade futura (i)	Direitos sobre contratos de cana-de-açúcar (ii)	Software	Direito de serviço florestal	Outros ativos intangíveis	Intangível em andamento	Total
Saldos em 31 de março de 2022	374.632	18.898	8.925	36	1.291	20.107	423.889
Aquisição	-	-	1.618	-	-	16.391	18.009
Custo de alienação	-	-	-	(7)	-	-	(7)
Amortização	-	(1.065)	(1.691)	-	-	-	(2.756)
Saldos em 31 de março de 2023	374.632	17.833	8.852	29	1.291	36.498	439.135
Custo total	384.118	42.443	43.438	29	1.291	36.498	507.817
Amortização acumulada	(9.486)	(24.610)	(34.586)	-	-	-	(68.682)
Valor residual	374.632	17.833	8.852	29	1.291	36.498	439.135
Saldos em 31 de março de 2023	374.632	17.833	8.852	29	1.291	36.498	439.135
Aquisição	-	-	13.563	-	-	-	13.563
Transferências entre grupos	-	-	36.294	-	-	(36.294)	-
Amortização	-	(1.064)	(8.330)	-	-	-	(9.394)
Saldos em 31 de março de 2024	374.632	16.769	50.379	29	1.291	204	443.304
Custo total	384.118	42.443	93.295	29	1.291	204	521.380
Amortização acumulada	(9.486)	(25.674)	(42.916)	-	-	-	(78.076)
Valor residual	374.632	16.769	50.379	29	1.291	204	443.304
Taxas médias ponderadas anuais de amortização	-	3%	20%	-	-	-	-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Ágio rentabilidade futura (i)	Direitos sobre contratos de cana-de-açúcar (ii)	Direitos sobre contratos de energia	Software	Direito de servidão florestal	Outros ativos intangíveis	Intangível em andamento	Total
Saldos em 31 de março de 2022	374.632	18.898	21.883	8.925	11.530	1.291	20.154	457.313
Aquisição	-	-	-	1.618	113	-	16.393	18.124
Custo de alienação	-	-	-	-	(7)	-	-	(7)
Amortização	-	(1.065)	(8.549)	(1.691)	-	-	-	(11.305)
Saldos em 31 de março de 2023	374.632	17.833	13.334	8.852	11.636	1.291	36.547	464.125
Custo total	384.118	42.443	103.401	43.438	11.636	1.291	36.547	622.874
Amortização acumulada	(9.486)	(24.610)	(90.067)	(34.586)	-	-	-	(158.749)
Valor residual	374.632	17.833	13.334	8.852	11.636	1.291	36.547	464.125
Saldos em 31 de março de 2023	374.632	17.833	13.334	8.852	11.636	1.291	36.547	464.125
Aquisição	-	-	-	13.563	-	-	7	13.570
Transferências entre grupos	-	-	-	36.294	-	-	(36.294)	-
Amortização	-	(1.064)	(13.334)	(8.330)	-	-	-	(22.728)
Saldos em 31 de março de 2024	374.632	16.769	-	50.379	11.636	1.291	260	454.967
Custo total	384.118	42.443	103.401	93.295	11.636	1.291	260	636.444
Amortização acumulada	(9.486)	(25.674)	(103.401)	(42.916)	-	-	-	(181.477)
Valor residual	374.632	16.769	-	50.379	11.636	1.291	260	454.967
Taxas médias ponderadas anuais de amortização	-	3%	10%	20%	-	-	-	-

(i) Ágio relativo à combinação de negócios de anos anteriores de empresas incorporadas pela Companhia;

Alocação do ágio	2024	2023
Açúcar	242.960	242.960
Etanol	122.579	122.579
Outros	9.093	9.093
	374.632	374.632

(ii) Refere-se à aquisição de direitos sobre contratos de parceria agrícola e fornecimento de cana-de-açúcar, os quais possuem uma vida útil definida de acordo com suas relações contratuais, sua amortização é calculada com base na quantidade de cana-de-açúcar colhida durante o período do contrato com o parceiro ou fornecedor.

Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

De acordo com as disposições do CPC 01 (IAS 36) - Redução ao Valor recuperável de ativos, ágio, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado.

Ágio e ativo intangível de vida útil indefinida são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. Os testes anuais de perda no valor recuperável são realizados no final do mês de março. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), que correspondem aos menores grupos de ativos geradores de fluxos de caixa claramente independentes daqueles gerados por outras UGC.

Em 31 de março de 2024, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ativos de longo prazo. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a unidade geradora de caixa atua.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de açúcar e etanol, custos relacionados à energia e outros dados macroeconômicos.

Principais premissas utilizadas pela Companhia (dados em 31 de março de 2024):

Unidades Geradoras de Caixa	Taxa de crescimento nominal para perpetuidade	Taxa de desconto nominal
Unidade produtiva São Martinho	5,00%	9,56%
Unidade produtiva Santa Cruz	5,00%	9,56%

13. Direito de uso, Arrendamentos a pagar e Parcerias Agrícolas a pagar

A Companhia adota o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo.

A seguir, algumas definições:

Arrendamento

A Companhia e suas controladas consideram arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, lhe transferem o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período. Dessa forma, os contratos de parceria agrícola foram contabilizados no escopo da norma contábil, não obstante tenham natureza jurídica diversa aos arrendamentos.

Arrendatária

A Companhia adotou a abordagem simplificada de efeito cumulativo e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados e descontados pela média de cotação de contratos futuros da DI (cupom de juros nominal) com prazos equivalentes aos contratos de parceria e arrendamento; e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. A remensuração do direito de uso e do saldo a pagar é realizada no final de exercício, com base na atualização do Índice Consecana.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (computadores, telefones e equipamentos de informática em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

A seguir, apresentamos as movimentações relacionadas ao Direito de uso, Arrendamento a pagar e Parceria agrícola:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Direito de Uso

	Controladora e Consolidado			
	Veículos	Parceria agrícola	Arrendamento agrícola	Total
Saldos em 31 de março de 2022	4.439	2.452.464	627.409	3.084.312
Adições	34.001	336.581	148.235	518.817
Baixas	(9.421)	(65.383)	(552)	(75.356)
Remensuração	-	(69.716)	(5.864)	(75.580)
Depreciação	(7.925)	(420.366)	(98.577)	(526.868)
Saldos em 31 de março de 2023	21.094	2.233.580	670.651	2.925.325
Adições	7.664	492.986	2.121	502.771
Baixas	(1.409)	(11.209)	-	(12.618)
Remensuração	-	(107.781)	17.010	(90.771)
Depreciação	(18.660)	(419.683)	(96.767)	(535.110)
Saldos em 31 de março de 2024	8.689	2.187.893	593.015	2.789.597
Vida útil (anos)	1 a 2	2 a 29	2 a 20	

b) Arrendamentos a pagar e Parceria agrícola

	Controladora e Consolidado		
	Arrendamentos a pagar	Parceria agrícola	Total
Saldos em 31 de março de 2022	621.533	2.385.318	3.006.851
Compensação de adiantamentos	-	(18.789)	(18.789)
Adições	182.236	336.581	518.817
Baixas	(14.698)	(72.686)	(87.384)
Pagamentos efetuados	(152.322)	(424.997)	(577.319)
Apropriação encargos financeiros	71.198	203.977	275.175
Remensuração	(5.864)	(69.716)	(75.580)
Saldos em 31 de março de 2023	702.083	2.339.688	3.041.771
Compensação de adiantamentos	-	(137.683)	(137.683)
Adições	9.784	492.987	502.771
Baixas	(1.603)	(22.386)	(23.989)
Pagamentos efetuados	(155.327)	(520.734)	(676.061)
Apropriação encargos financeiros	64.956	193.766	258.722
Remensuração	17.010	(107.781)	(90.771)
Saldos em 31 de março de 2024	636.903	2.237.857	2.874.760
Saldo no passivo circulante	108.047	554.864	662.911
Saldo no passivo não circulante	528.856	1.682.993	2.211.849
Saldos em 31 de março de 2024	636.903	2.237.857	2.874.760

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar de longo prazo possuem a seguinte composição de vencimentos:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Vencimento	Controladora e Consolidado
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	619.566
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	558.988
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	439.994
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	358.178
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	283.440
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	251.563
De 1º/04/2031 a 31/03/2032	209.103
A partir de 1º/04/2032	771.701
(-) Ajuste a valor presente	(1.280.684)
	2.211.849

No quadro abaixo, é apresentado o potencial direito de recuperação de PIS/COFINS embutido na contraprestação dos arrendamentos:

Controladora e Consolidado	Arrendamento agrícola	Ajuste a valor presente
Contraprestação do arrendamento	973.673	310.231
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(68.744)	(21.320)
	904.929	288.911

A São Martinho determinou suas taxas incrementais nominais com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, ajustadas aos prazos de seus contratos de acordo com sua realidade econômica:

Controladora e Consolidado	
Vigência dos contratos	Taxa incremental
2 anos	8,73%
3 anos	9,77%
4 anos	8,87%
5 anos	9,90%
6 anos	10,39%
7 anos	10,26%
8 anos	9,54%
9 anos	10,89%
10 anos	9,24%
11 anos	10,54%
12 a 30 anos	10,47%

A Companhia, em plena conformidade com o IFRS 16, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma.

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, são apresentadas abaixo as comparações nas rubricas do passivo de arrendamento e parceria agrícola, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do período de doze meses findo em 31 de março de 2024 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado considerando a inflação futura

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas:

Controladora e Consolidado	De 1º/04/2025 a 31/03/2024	De 1º/04/2024 a 31/03/2023	De 1º/04/2023 a 31/03/2022	De 1º/04/2022 a 31/03/2021	De 1º/04/2021 a 31/03/2020	De 1º/04/2020 a 31/03/2019	De 1º/04/2019 a 31/03/2018	A partir de 1º/04/2017
Ativo direito de uso								
IFRS 16	2.263.217	1.829.328	1.437.394	1.138.557	901.089	227.198	47.954	-
Ofício CVM	3.383.068	2.741.504	2.169.050	1.725.271	1.374.159	373.366	89.385	-
	49,48%	49,86%	50,90%	51,53%	52,50%	64,34%	86,40%	n/a
Passivo arrendamento e parceria agrícola								
IFRS 16	2.114.458	1.685.300	1.304.357	1.019.777	798.253	201.546	41.715	-
Ofício CVM	7.718.359	6.641.486	5.655.861	4.834.459	4.149.582	1.945.661	1.145.942	780.764
	265,03%	294,08%	333,61%	374,07%	419,83%	865,37%	2647,07%	n/a
Despesa com amortização								
IFRS 16	(517.690)	(433.888)	(391.935)	(298.837)	(237.467)	(673.891)	(179.245)	(47.954)
Ofício CVM	(808.486)	(641.564)	(572.453)	(443.779)	(351.112)	(1.000.793)	(283.981)	(89.385)
	56,17%	47,86%	46,06%	48,50%	47,86%	48,51%	58,43%	86,40%
Despesa financeira								
IFRS 16	(180.545)	(177.284)	(170.661)	(153.105)	(137.410)	(500.230)	(173.639)	(68.300)
Ofício CVM	(239.907)	(231.531)	(223.979)	(202.764)	(185.500)	(788.554)	(248.895)	(119.164)
	32,88%	30,60%	31,24%	32,43%	35,00%	57,64%	43,34%	74,47%

	IFRS 16 (CPC 06)	Ofício CVM
Despesa com amortização	(2.780.907)	(4.191.553)
Despesa financeira	(1.561.174)	(2.240.294)
	(4.342.081)	(6.431.847)

14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente mensurados pelo valor amortizado nos respectivos vencimentos, conforme demonstrados pelo valor amortizado.

Modalidade	Encargos anuais vigentes		Controladora		Consolidado	
	Taxa	Indexador	2024	2023	2024	2023
Em moeda nacional						
Linhas do BNDES	2,13% (1,8% - 2023)	+TJLP	90.619	105.197	90.619	105.197
Linhas do BNDES	4,27% (3,5% - 2023)	+IPCA	1.261.389	815.861	1.302.977	855.411
Linhas do BNDES (ii)	4,78% (6,2% - 2023)	PRÉ	183.246	164.777	183.246	164.777
FINEP	4,0%	PRÉ	3.377	23.641	3.377	23.641
FINEP	2,7%	TR	140.894	-	140.894	-
Agro Export	0,6%	+CDI	104.370	92.286	104.370	92.286
Crédito Rural (iii)	8,0%	+TR	185.723	339.355	185.723	339.355
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	98,5%	CDI	922.970	929.719	922.970	929.719
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	4,68% (4,9% - 2023)	+IPCA	293.778	551.500	293.778	551.500
Debêntures (iv)	6,0%	+IPCA	2.317.491	2.197.001	2.317.491	2.197.001
International Finance Corporation (IFC)	1,5%	+CDI	309.628	312.571	309.628	312.571
Outros créditos securitizados	3,0%	+IGP-M/PRÉ	28	29	28	29
Total em moeda nacional			5.813.513	5.531.937	5.855.101	5.571.487
Em moeda estrangeira						
Pré Pagamento de Exportação (PPE) (v)	1,7%	Sofr 6M	301.379	590.090	301.379	590.090
International Finance Corporation (IFC) (vi)	1,83% (1,5% - 2023)	Sofr 6M	380.338	462.306	380.338	462.306
Total em moeda estrangeira			681.717	1.052.396	681.717	1.052.396
Total (i)			6.495.230	6.584.333	6.536.818	6.623.883
Saldo no passivo circulante			1.094.298	1.028.224	1.096.406	1.028.509
Saldo no passivo não circulante			5.400.932	5.556.109	5.440.412	5.595.374
			6.495.230	6.584.333	6.536.818	6.623.883

(i) Os custos totais das dívidas em moeda nacional e estrangeira foram calculados com base na duração das carteiras e nas curvas DI (Depósito Interbancário) e SOFR (Secured Overnight Financing Rate) na demonstração financeira atual.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) 60,5% do montante de empréstimo de Linhas do BNDES Pré-fixado está indexado a 53,5% DI via contrato de SWAP.
- (iii) 100% do montante de empréstimo de Crédito Rural está indexado a 72,95% DI via contrato de SWAP.
- (iv) 25,5% do montante de Debêntures está indexado a DI+1,1% a.a., 22,9% estão indexados a DI + 1,4% a.a. e 51,6% está indexado a 108,2% DI, via contrato de SWAP.
- (v) 65,9% do montante de empréstimo de Pré Pagamento de Exportação (PPE) atrelado a SOFR+ está indexado a DI+0,83% a.a. via contrato de SWAP.
- (vi) 60,1% do montante do empréstimo com o *International Finance Corporation (IFC)* está indexado a DI+1,15% a.a. e 39,9% está indexado a 5,0% taxa pré-fixada, via contrato de SWAP.

Contratos derivativos swaps de longo prazo são altamente sensíveis a quaisquer variações nas curvas futuras de inflação, especialmente o IPCA, o que pode resultar em impactos significativos em sua marcação a mercado ao longo do tempo. No entanto, é importante ressaltar que, ao final dos contratos, o custo efetivo estará firmemente ancorado em CDI mais um percentual fixo, proporcionando assim uma perspectiva financeira clara e estável.

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos empréstimos e financiamentos durante o exercício:

Movimentação da dívida	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício	6.584.333	5.868.315	6.623.883	5.888.349
Captação de financiamentos	573.721	857.242	573.721	875.242
Amortização de principal	(812.990)	(494.266)	(812.990)	(494.266)
Pagamento de juros	(455.230)	(309.914)	(456.637)	(310.702)
Provisão de juros e atualização monetária	623.514	581.857	626.959	584.161
Variação cambial	(18.118)	81.099	(18.118)	81.099
Saldo no final do exercício	6.495.230	6.584.333	6.536.818	6.623.883

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo possuem a seguinte composição de vencimentos:

	Controladora	Consolidado
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	745.401	747.197
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	578.401	580.322
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	307.623	309.612
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	630.150	632.209
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	456.495	458.628
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	440.013	442.222
De 1º/04/2031 a 31/03/2032	911.608	913.896
De 1º/04/2032 a 31/03/2033	148.759	151.128
De 1º/04/2033 a 31/03/2034	116.058	118.511
A partir de 1º/04/2034	1.066.424	1.086.687
	5.400.932	5.440.412

Nas demonstrações financeiras atuais R\$ 803.770 da dívida da São Martinho está garantida por ativos, sendo aproximadamente 95% por equipamentos, veículos,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

edificações e dependências, e cerca de 5% terras. Além disso, a Companhia possui um contrato com garantia em recebíveis provenientes da comercialização de energia elétrica.

Na data das demonstrações financeiras atuais, o valor contábil dos empréstimos e financiamentos da Companhia está próximo do valor justo. Os valores justos são determinados com base nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa de empréstimos de 10,0% a.a. (correspondente a 12,3% a.a. em 31 de março de 2023) e estão classificados no nível 2 da hierarquia do valor justo.

Covenants

A Companhia possui contratos no montante de R\$ 4.760.681 com cláusulas financeiras restritivas, tais como "cross-default" e "negative pledge", e vinculadas ao cumprimento de certos índices financeiros tais como razão da Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado, as quais são exigidas e avaliadas anualmente, e estão em conformidade nas demonstrações financeiras atuais.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cana-de-açúcar (i)	46.296	37.120	25.187	19.022
Materiais, serviços e outros	375.916	257.559	383.403	262.289
	422.212	294.679	408.590	281.311

(i) Os valores a pagar estão relacionados ao fornecimento de cana-de-açúcar, bem como o eventual complemento de preço calculados através do índice do ATR - Açúcar Total Recuperável, divulgado pelo CONSECAN (Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo).

Dos totais a pagar para fornecedores, R\$ 19.018 na Controladora e R\$ 126 no Consolidado (comparado a R\$ 18.463 na Controladora e R\$ 225 no Consolidado em 31 de março de 2023) referem-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

16. Obrigações e Direitos com a Copersucar

No processo de desligamento da Copersucar, a Companhia celebrou um contrato prevendo direitos e obrigações que ainda perduram. As principais obrigações e direitos estão detalhadas a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Obrigações:

A Copersucar disponibilizou recursos a seus cooperados durante o período de associação da Companhia para financiamento de suas operações, mediante Letras de câmbio. Esses recursos foram obtidos pela Cooperativa a partir de sobras temporárias e provenientes de liminares em processos judiciais que visaram a suspensão da exigibilidade de tributos. Essas sobras de caixa estão relacionadas a provisões para contingências registradas pela Cooperativa no passivo não circulante. No entanto, caso ocorra a perda dos processos judiciais, a Companhia pode ser requerida a devolver o valor em um prazo de até 120 dias.

Os principais valores contidos nessas obrigações são provenientes de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), contestados judicialmente pela Cooperativa, e de passivos tributários incluídos no REFIS Copersucar, conforme indicado abaixo.

Controladora e Consolidado	2024	2023
REFIS - Copersucar - Atualizado pela variação da SELIC	8.303	21.341
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	79.670	76.591
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	52.356	52.356
Despesas com processos tributários	39.416	23.937
Outros	2.300	2.300
	<u>182.045</u>	<u>176.525</u>
Passivo circulante	<u>(8.336)</u>	<u>(13.539)</u>
Passivo não circulante	<u>173.709</u>	<u>162.986</u>

A totalidade das obrigações da Companhia com a Copersucar está garantida por fianças bancárias. Além disso, nos termos negociados no desligamento da Copersucar, a Companhia é responsável pelo pagamento de obrigações, de forma proporcional à sua participação em safras anteriores na Copersucar, que possam surgir de autuações fiscais relacionadas a períodos em que a Companhia era cooperada.

A Copersucar possuía autuações com relação a ICMS incidente sobre as vendas de etanol carburante e industrial realizadas até 31 de dezembro de 2008. Essas autuações foram liquidadas pela Copersucar em março de 2024, com isenção das multas impostas, e a Companhia contribuiu proporcionalmente à sua participação, no montante de R\$ 9 milhões, registrados na rubrica de outras receitas e despesas, líquidas.

b) Direitos:

A Copersucar também é parte ativa em processos judiciais para restituição/indébito de diversos tributos ou indenizações. A Companhia, na condição de ex-cooperada, tem direito ao repasse proporcional dos eventuais créditos e informará ao mercado quando líquidos e certos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dentre os processos dos quais a Copersucar é parte ativa, destaca-se aquele que condenou a União a indenizar danos decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e etanol realizadas na década de 1980.

Em junho de 2017, foi expedido o 1º precatório de R\$ 5,6 bilhões (proporcionalmente R\$ 730,5 milhões para a Companhia), seguido pelo 2º precatório em junho de 2018, no montante de R\$ 10,6 bilhões (R\$ 1,4 bilhão proporcional à Companhia). Em março de 2024 ocorreu a liquidação da última parcela do 2º precatório e foi expedido e liquidado o 3º precatório (R\$ 286,3 milhões proporcionais à Companhia), referente ao montante de R\$ 2,2 bilhões que estava em discussão.

A Copersucar repassou à Companhia os valores recebidos da União referentes a este processo, conforme apresentado na tabela abaixo.

Direitos Copersucar	Março/2019	Dezembro/2019	Setembro/2020	Outubro/2021	Outubro/2022	Julho/2023	Março/2024
1º Precatório	906.287	1.059.956	1.083.223	1.174.400	1.346.041	1.418.483	-
2º Precatório	-	1.724.797	1.974.578	2.138.858	2.450.167	2.595.166	2.750.313
3º Precatório	-	-	-	-	-	-	3.313.612
Precatórios Copersucar	906.287	2.784.753	3.057.801	3.313.258	3.796.208	4.013.649	6.063.925
Parcela SMSA	150.563	462.634	507.996	550.436	630.668	666.792	1.007.407
PIS/COFINS Retido Copersucar	(13.927)	(42.794)	(46.990)	(50.915)	(58.337)	(61.678)	(93.185)
Repasso Luiz Ometto Participações S.A.	(3.313)	(24.119)	(26.700)	(28.697)	(33.226)	(35.296)	(51.400)
Demais retenções e despesas	(26.824)	(46.665)	(51.266)	(55.348)	(63.489)	(66.984)	(121.413)
Outras receitas líquidas SMSA	106.499	349.056	383.040	415.476	475.616	502.834	741.409

Nos repasses, a Copersucar reteve parte dos recursos para discussão judicial de sua natureza indenizatória sobre incidência de PIS e COFINS, sob compromisso de repassá-los em caso de êxito. Em 31 de março de 2024 o saldo a receber da Copersucar é de R\$ 367.826 (R\$ 212.963 em 31 de março de 2023), registrados em "Outros ativos de longo prazo". Alinhado à atuação da Copersucar, a Companhia, também propôs medida judicial para discussão do IRPJ/CSLL/PIS/COFINS com depósitos para suspender a exigibilidade desses tributos, provisionados no passivo, na rubrica: "Tributos com exigibilidade suspensa".

Conforme previsto no Contrato de Compra e Venda das ações da Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool ("USC"), a Companhia repassou para Luiz Ometto Participações S.A., o montante de R\$ 202.751.

17. Aquisição e alienação de participação societária - valores a pagar e receber

O saldo refere-se à aquisição e alienação de participação societária e está composto como segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	Aquisição	Alienação	Saldo líquido
	Usina Santa Cruz	Agro Pecuária Boa Vista	
Saldo em 31 de março de 2022	(62.745)	59.076	(3.669)
Amortização de principal	31.210	(19.590)	11.620
Amortização de juros	7.131	(6.914)	217
Atualização monetária	(6.996)	6.847	(149)
Saldo em 31 de março de 2023	(31.400)	39.419	8.019
Amortização de principal (i)	31.210	(39.180)	(7.970)
Amortização de juros	3.829	(4.824)	(995)
Atualização monetária	(3.639)	4.585	946
Saldo em 31 de março de 2024	-	-	-

(i) A parcela de R\$ 19.590, referente à alienação da Agro Pecuária Boa Vista, com vencimento original em janeiro de 2025, foi liquidada antecipadamente em março de 2024.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Nas demonstrações financeiras atuais, o capital social é de R\$ 3.941.717 (R\$ 3.161.384 em 31 de março de 2023) e está dividido em 346.375.066 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (354.011.329 em 31 de março de 2023).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 372.000.000 (trezentos e setenta e dois milhões) de ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem caberá fixar as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2023, os acionistas aprovaram um aumento de capital no montante de R\$ 780.333, sem emissão de novas ações, por meio das capitalizações da Reserva de Orçamento de Capital de R\$ 632.380 e da Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 147.953.

Em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 26 de julho de 2024, será proposto um aumento de capital no montante de R\$ 503.475, sem emissão de novas ações, por meio da capitalização da Reserva de Incentivos Fiscais.

b) Ações em tesouraria

Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, são reconhecidos ao custo de aquisição e contabilizados como conta redutora do Patrimônio Líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 25 de março de 2024, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o cancelamento de 7.636.263 ações em tesouraria, e abertura do 7º Programa de recompra de ações limitado a 14.234.811 ações. Abaixo, segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2023	Cancelamento de ações	Aquisição de ações (i)	2024
Quantidade	7.636.263	(7.636.263)	544.400	544.400
Preço médio (reais)	18,33	(18,33)	29,99	29,99
Montante total	139.997	(139.997)	16.325	16.325

(i) Das ações adquiridas em março de 2024, o montante de R\$ 5.843 foi liquidado em abril.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Deemed cost

Corresponde à mais valia de custo atribuído de terras, edificações e dependências, equipamentos e instalações industriais, veículos e máquinas e implementos agrícolas. Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica "Lucros acumulados".

Valor justo de hedge accounting

Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como *hedge accounting*. O saldo mencionado é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorrerem os vencimentos/embarques das operações correlatas.

d) Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e só pode ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Reserva para orçamento de capital

A reserva para orçamento de capital está destinada aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos e capital de giro.

Reserva de lucros a realizar

Refere-se a resultados não realizados, sendo composta da venda da participação detida na Agro Pecuária Boa Vista S/A, venda de imóveis decorrentes de empreendimentos imobiliários e o resultado de ganho por mudança de participação acionária.

Em 31 de março de 2024 houve a liquidação da venda da participação da Agro Pecuária Boa Vista S/A e conseqüentemente foram provisionados os dividendos referente a conclusão da operação, conforme mencionado na Nota 17.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui programa de incentivo fiscal estadual, junto ao Estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste. A utilização do benefício está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da Companhia.

O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.

O valor da subvenção apurado no exercício foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Deduções da receita bruta", reduzindo a conta "ICMS a recolher". Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros Acumulados, no montante apurado da subvenção.

O valor destinado dos Lucros Acumulados para a rubrica de Reserva de Incentivos Fiscais que impactou o resultado nas demonstrações financeiras atuais foi de R\$ 333.607, tanto na Controladora quanto no Consolidado, sendo R\$ 77.942 referentes ao ICMS Produzir e R\$ 255.665 referentes aos demais incentivos fiscais de ICMS, conforme o Tema Repetitivo 1.182 do Superior Tribunal de Justiça descrito na nota 22.5 (até 31 de dezembro de 2023), (R\$ 169.867 em 31 de março de 2023, sendo R\$ 113.258 referentes ao ICMS Produzir e R\$ 56.609 referentes ao crédito outorgado).

e) Dividendos e juros sob capital próprio

Em reunião do Conselho de administração realizada em 20 de junho de 2022, foi aprovada a antecipação de remuneração aos acionistas no montante bruto de R\$ 115.000, pagos através de juros sobre capital próprio.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de julho de 2022, os acionistas ratificaram o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 131.465, conforme proposto pela diretoria no exercício encerrado em 31 de março de 2022.

Em 12 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a antecipação de remuneração aos acionistas no montante bruto de R\$ 140.000, pagos através de juros sobre capital próprio; da mesma forma, em reunião do Conselho de administração realizada em 19 de junho de 2023, foi aprovada a antecipação de remuneração aos acionistas no montante bruto de R\$ 155.000, pagos através de juros sobre capital próprio.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de julho de 2023, os acionistas ratificaram o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 269.068, conforme proposto pela administração no exercício encerrado em 31 de março de 2023, acrescidos de R\$ 5.932 provenientes da realização da reserva de lucros a realizar, totalizando o saldo de dividendos a pagar de R\$ 275.000, que foram pagos aos acionistas em 15 de agosto de 2023.

A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos) pela qual fica assegurado um dividendo e/ou juros sob capital próprio de, no mínimo, 40% do lucro líquido caixa anual, conforme cálculo apresentado na tabela a seguir e na carta financeira divulgada pela Companhia, ou 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e da constituição da reserva legal, dentre eles o que for maior.

A distribuição mínima de 40% do lucro caixa poderá não ser adotada, por recomendação do Conselho de Administração, nas seguintes hipóteses:

- utilização de capital relevante em função de investimento em seus negócios, programa de recompra de ações e/ou eventuais fusões e aquisições;
- indicadores de endividamento, tais como, dívida líquida/EBITDA ajustado superior a 2 vezes, apurada no encerramento do exercício, visando manter o grau de investimento pela S&P;
- mudanças fiscais; e
- destinação a reservas obrigatórias ou limitação à distribuição de parcela destas que alterem a capacidade de distribuição dos lucros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo demonstra os dividendos baseados na política de remuneração:

Cálculo Lucro Caixa	2024	2023
LAIR	1.786.621	1.193.612
IR/CS Contábil	(310.342)	(177.868)
Lucro Líquido do Exercício	1.476.279	1.015.744
Efeito não caixa do IFRS no LAIR	133.541	174.484
IR/CS Contábil	310.342	177.868
IR/CS Pago	(17.889)	(60.467)
Depósito Judicial (IR/CS IAA)	(203.406)	(192.400)
Ajuste do Ativo Biológico	10.314	176.167
Lucro Caixa	1.709.181	1.291.396
Política de Dividendos (i)	267.215	524.068
Reserva de Lucros a Realizar	16.057	5.932
Total de Resultados a distribuir	283.272	530.000

(i) Em 31 de março de 2024 o Conselho de Administração deliberou o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios de 25%.

A tabela a seguir, demonstra a proposta de destinação do lucro do exercício. Na reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de junho de 2024, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos no montante de R\$ 150.103 (R\$ 0,4340 por ação) a ser ratificada em Assembleia Geral Ordinária.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.476.279	1.015.744
Constituição de reserva legal - 5%	(73.814)	(50.787)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(333.607)	(169.867)
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	1.068.858	795.090
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	267.215	198.773
Juros sobre o capital próprio, pagos	155.000	255.000
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(21.832)	(36.889)
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	134.047	-
Dividendos antecipados	-	19.338
Realização de reserva de lucros a realizar, a pagar	16.057	5.932
Dividendos adicionais	-	269.068
Total	283.272	493.111
Dividendo por ação	0,8191	1,4236
Qtde de ações líquido de tesouraria - 31 de março	345.831	346.375

19. Programa de participação nos lucros e resultados

A Companhia tem como política a administração do programa de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. O montante dessa participação no exercício atual foi de R\$ 80.240 na Controladora e R\$ 80.645 no Consolidado (em 31 de março de 2023, R\$ 75.560 na Controladora e R\$ 75.848 no Consolidado).

20. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa acumulada de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Companhia adotou a interpretação IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro. A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32). A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia não identificou impactos na sua adoção.

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo circulante				
. Imposto de renda e contribuição social, a recuperar	73.313	93.631	73.355	93.880
No passivo circulante - Débitos correntes				
. Imposto de renda e contribuição social, a pagar	-	-	9.470	8.490

b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social

Controladora	2023	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	2024
Prejuízos fiscais/Base negativa	3.617	(171)	-	3.446
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (i)	6.937	-	-	6.937
Instrumentos financeiros derivativos	111.885	(122.828)	(32.883)	(43.826)
Provisão para contingências	109.416	56.897	-	166.313
Variação cambial ativa	5.250	22.367	-	27.617
Outros ativos	136.317	56.740	-	193.057
Total do IR e CS ativo diferido	373.422	13.005	(32.883)	353.544
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(109.333)	8.916	-	(100.417)
Depreciação acelerada incentivada	(616.564)	152.326	-	(464.238)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(197.959)	-	-	(197.959)
Variação Cambial passiva	(72.635)	24.521	-	(48.114)
Outros passivos	(9.681)	5.130	-	(4.551)
Total do IR e CS passivo diferido	(1.006.172)	190.893	-	(815.279)
Saldo do IR e CS diferidos	(632.750)	203.898	(32.883)	(461.735)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	2023	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Ajuste consolidação - Direitos sobre contratos energia	2024
Prejuízos fiscais/Base negativa	3.617	(171)	-	-	3.446
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (i)	6.937	-	-	-	6.937
Instrumentos financeiros derivativos	111.884	(122.827)	(32.883)	-	(43.826)
Provisão para contingências e outras obrigações	109.416	56.897	-	-	166.313
Variação cambial ativa	5.250	22.367	-	-	27.617
Outros ativos	136.322	56.735	-	-	193.057
Total do IR e CS ativo diferido	373.426	13.001	(32.883)	-	353.544
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(462.221)	9.103	-	-	(453.118)
Depreciação acelerada incentivada	(616.564)	152.326	-	-	(464.238)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(197.959)	-	-	-	(197.959)
Ativo Intangível	(5.736)	-	-	4.585	(1.151)
Ganho por mudança de participação relativa CTC	(5.068)	-	-	-	(5.068)
Variação Cambial passiva	(72.635)	24.521	-	-	(48.114)
Outros passivos	(10.377)	5.128	-	-	(5.249)
Total do IR e CS passivo diferido	(1.370.560)	191.078	-	4.585	(1.174.897)
Saldo do IR e CS diferidos	(997.134)	204.079	(32.883)	4.585	(821.353)

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado a mesma autoridade fiscal.

A São Martinho reconhece os créditos fiscais diferidos ativos com base na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes. Esta projeção é revisada anualmente e não ultrapassa dez anos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são realizados, substancialmente, em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram. A realização deste passivo é estimada à razão média de 15% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos, exceto pelos tributos diferidos passivos sobre mais-valia de terras, que serão realizados se alienados.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos indica que as projeções de resultado tributável aprovadas pela administração, incluindo a expectativa de realização das diferenças temporárias, estão conforme demonstradas a seguir:

Controladora	Expectativa de realização
Na safra 24/25	72.994
Na safra 25/26	101.203
Na safra 26/27	90.300
Na safra 27/28	6.310
A partir da safra 28/29	82.737
	<u>353.544</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, foi realizado o julgamento pelo Supremo Tribunal ("STF") do RE nº 1.063.187, com repercussão geral reconhecida (Tema 962), que, por unanimidade de votos, declarou inconstitucional a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa Selic incidente sobre os indêbitos tributários.

Desta forma, a Companhia reconheceu como receita de IRPJ e CSLL corrente e diferido, o montante de R\$ 15.920, conforme ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), sendo: R\$ 8.983 como IRPJ e CSLL a recuperar referente aos períodos que a companhia apurou lucro real, apresentados no ativo não circulante. Os restantes R\$ 6.937 são pela recomposição do prejuízo fiscal referente aos períodos em que a companhia apurou base fiscal negativa e pela utilização de prejuízo fiscal a maior decorrente da tributação da Selic, compensados no passivo não circulante na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos.

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes dos impostos	1.767.060	1.160.586	1.786.621	1.193.612
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(600.800)	(394.599)	(607.451)	(405.828)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
. Equivalência patrimonial	79.583	70.055	2.828	1.711
. Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(2.377)	(1.676)	(2.377)	(1.837)
. Cbrios	31.786	31.786	31.786	31.786
. Juros sob capital próprio	52.700	86.700	52.700	86.700
. Subvenção estadual (Nota 22.5) / Crédito outorgado (Nota 27)	113.421	57.760	113.421	57.760
. Incentivos Fiscais	-	2.145	-	2.577
. Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido	-	-	63.833	46.234
. Lançamentos extemporâneos de IRPJ e CSLL	19.989	2.969	19.989	2.969
. Lei do bem	14.917	-	14.917	-
. Outros	-	18	12	60
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(290.781)	(144.842)	(310.342)	(177.868)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	16,5%	12,5%	17,4%	14,9%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(494.679)	(240.691)	(514.421)	(273.804)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	203.898	95.849	204.079	95.936

21. Compromissos

A São Martinho assume uma série de compromissos no decorrer de suas operações regulares. Dentre eles, destacam-se os seguintes, refletidos em suas demonstrações financeiras atuais:

Matas ciliares e áreas destinadas à Reserva Legal

As áreas não cultivadas da São Martinho, que são cobertas por vegetação nativa preservada, estão atualmente em processo de regeneração ou enriquecimento. Esse esforço contribui significativamente para a preservação da biodiversidade e a sustentabilidade das atividades agrícolas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia reafirma seu compromisso com as melhores práticas ambientais e a sustentabilidade através do total cumprimento do Código Florestal e demais legislações ambientais referentes as Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). Todos os imóveis da São Martinho estão devidamente inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR), e a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), aguardando a devida regulamentação legal para sua implementação.

Os investimentos realizados em Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e outras atividades relacionadas à regularização ambiental são devidamente registradas no ativo imobilizado da Companhia.

Compromisso de venda

Na data das demonstrações financeiras atuais a São Martinho tem compromissos de comercialização para safras futuras, abrangendo produtos como etanol, açúcar, energia elétrica e biometano, conforme detalhado a seguir:

	Até um ano	De dois a três anos	Acima de três anos
Etanol (m³)	186.495	96.000	528.000
Açúcar (tons)	1.402.148	1.674.636	2.500.000
Energia (Mwh)	684.374	828.488	5.228.910
Biometano (m³)	-	21.279.817	115.306.483

Esses compromissos refletem a estratégia da Companhia de garantir a comercialização de sua produção futura e contribuir para a estabilidade de suas receitas.

Compras de insumos e milho

A Companhia constantemente celebra contratos de compra para aquisição de insumos com o objetivo de utilização na manutenção de sua lavoura ao longo da safra. E também para aquisição de milho, a preços pré-estabelecidos, para atender sua produção de etanol. Referidas operações geralmente são realizadas por meio de negociações anuais.

Esses contratos representam uma prática comum da Companhia para garantir o abastecimento adequado de insumos agrícolas e matérias-primas essenciais para suas operações, contribuindo para a gestão eficiente de sua produção ao longo do tempo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, seja ela legal ou não formalizada, decorrente de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, com uma estimativa confiável do valor. Essas provisões são constituídas, revisadas e ajustadas de forma a refletir a melhor estimativa na data das demonstrações financeiras atuais.

22.1 Perdas prováveis

A São Martinho, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	Controladora			
	Tributários	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de março de 2022	14.779	3.983	67.589	86.351
Adições	484	2.478	39.983	42.945
Reversões	(23)	(461)	(8.125)	(8.609)
Utilizações	(23)	(513)	(22.265)	(22.801)
Atualizações	1.030	2.194	9.596	12.820
Saldo em 31 de março de 2023	16.247	7.681	86.778	110.706
Adições	1.100	935	46.238	48.273
Reversões	(1.177)	(246)	(12.194)	(13.617)
Utilizações	(488)	(1.960)	(38.033)	(40.481)
Atualizações	6.148	126	12.096	18.370
Saldo em 31 de março de 2024	21.830	6.536	94.885	123.251

	Consolidado			
	Tributários	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de março de 2022	14.779	4.638	67.589	87.006
Adições	484	2.535	39.983	43.002
Reversões	(23)	(462)	(8.125)	(8.610)
Utilizações	(23)	(513)	(22.265)	(22.801)
Atualizações	1.030	2.318	9.596	12.944
Saldo em 31 de março de 2023	16.247	8.516	86.778	111.541
Adições	1.100	1.040	46.238	48.378
Reversões	(1.177)	(249)	(12.194)	(13.620)
Utilizações	(489)	(2.062)	(38.033)	(40.584)
Atualizações	6.148	207	12.096	18.451
Saldo em 31 de março de 2024	21.829	7.452	94.885	124.166

Na data das demonstrações financeiras, a natureza das principais causas que compõem as provisões acima é a seguinte (controladora e consolidado):

Processos tributários:

Referem-se a (i) contribuição previdenciária (INSS); e (ii) honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para os respectivos processos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Processos cíveis e ambientais:

Referem-se a: (i) indenizações em geral; (ii) sanções administrativas ambientais decorrentes de incêndio em área de cultivo de cana-de-açúcar, cuja aplicação está sendo questionada judicialmente; e (iii) honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para os respectivos processos.

Processos trabalhistas:

Referem-se a: (i) diferenças de horas extras; (ii) supressão do intervalo intrajornada; (iii) adicionais de periculosidade e insalubridade; (iv) indenizações diversas; e (v) outras verbas trabalhistas.

22.2 Depósitos Judiciais

	Controladora			Consolidado		
	IAA (i)	Outros	Total	IAA (i)	Outros	Total
Saldo em 31 de março de 2022	715.277	33.843	749.120	715.277	34.084	749.361
Adições	250.737	6.642	257.379	250.737	8.061	258.798
Utilizações	-	(6.280)	(6.280)	-	(7.946)	(7.946)
Atualizações	85.669	3.084	88.753	85.669	3.094	88.763
Saldo em 31 de março de 2023	1.051.683	37.289	1.088.972	1.051.683	37.293	1.088.976
Adições	266.640	5.222	271.862	266.640	5.227	271.867
Utilizações	-	(8.760)	(8.760)	-	(8.758)	(8.758)
Atualizações	137.262	1.860	139.122	137.262	1.866	139.128
Saldo em 31 de março de 2024	1.455.585	35.611	1.491.196	1.455.585	35.628	1.491.213

(i) Vide nota 16 (b)

Os depósitos judiciais estão relacionados a contingências ativas e passivas, sendo atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

22.3 Perdas possíveis

A São Martinho possui outras contingências passivas de natureza tributária, ambiental, cível e trabalhista, cujo risco de perda é classificado como possível. A natureza e o valor a elas atribuídos são:

Natureza		Controladora				Consolidado			
		2024		2023		2024		2023	
		Nº de processos	Montante						
Ambientais		95	9.671	94	8.353	95	9.671	94	8.353
Cíveis		68	26.671	63	21.293	145	36.690	125	28.871
Trabalhistas		78	16.379	80	14.898	79	16.400	81	14.917
Tributários									
Contribuição previdenciária	(i)	8	102.455	11	119.819	8	102.455	11	119.819
Apuração de IRPJ/CSLL	(ii)	4	213.447	5	264.420	4	213.447	5	264.420
Compensação de Tributos Federais	(iii)	74	192.523	108	213.225	81	207.197	114	213.812
ICMS	(iv)	18	103.534	17	87.441	18	103.534	17	87.441
Tributos Federais	(v)	1	1.455.585	1	1.051.683	1	1.455.585	1	1.051.683
Outros processos	(vi)	9	16.582	30	553.171	12	16.029	35	566.743
Total		355	2.136.847	409	2.334.303	443	2.161.008	483	2.356.059

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Processos tributários:

- (i) Incidência de contribuição previdenciária (INSS) sobre as receitas de exportação, sob a alegação de que a exportação realizada por intermédio de cooperativa não goza da imunidade prevista no artigo 149, parágrafo 2º, da Constituição Federal.
- (ii) Exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL de despesas relacionadas aplicação da depreciação acelerada incentivada, conforme previsto no art. 325 do RIR/2018.
- (iii) Pedidos de compensação e ressarcimento de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais decorrentes de pagamento a maior, saldo negativo e créditos proporcionais à receita de exportação indeferidos pela Receita Federal do Brasil.
- (iv) a) créditos supostamente indevidos de ICMS, oriundos do Registro de Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente - CIAP; b) crédito outorgado de ICMS decorrente do Programa "PRODUZIR" supostamente indevido; c) recolhimento de ICMS-ST na venda interestadual de etanol; d) cobrança de ICMS nas vendas de levedura com isenção.
- (v) IRPJ/CSLL/PIS/COFINS incidentes sobre indenização (precatórios) recebida no contexto da Ação de Preço do IAA, conforme mencionado na Nota 16.
- (vi) Outras discussões tributárias: a) taxa do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral - DNPM; b) incidência de ITBI em operação de incorporação; c) execuções fiscais de IPTU; d) cobrança de ITR Suplementar; e) dedução indevida de ágio (responsabilidade solidária).

Outras naturezas:

Os processos cíveis tratam de ações indenizatórias em geral decorrentes de (i) acidentes de trânsito; (ii) revisão de contratos; e (iii) prejuízos a terceiros decorrentes de incêndios em áreas de cultivo de cana-de-açúcar (responsabilidade objetiva).

Os processos ambientais tratam de autos de infração da CETESB e/ou polícia ambiental decorrentes de incêndio em área de cultivo de cana-de-açúcar, bem como de ações anulatórias para cancelar as multas aplicadas pelos órgãos mencionados anteriormente.

Os processos trabalhistas têm como principal motivo autos de infração lavrados pelo Ministério do Trabalho e/ou ações anulatórias para cancelar os mencionados autos.

22.4 Eficácia da coisa julgada tributária (Temas 881 e 885 do STF)

A Companhia não se beneficia e nem se beneficiou de decisões transitadas em julgado para deixar de pagar tributos de trato sucessivo que tenham, posteriormente, sido objeto de decisão contrária do Supremo Tribunal Federal, proferida em processos de controle concentrado de constitucionalidade ou repercussão geral, ou seja, não será impactada pela decisão do STF nos RE 955227 (Tema 885) e RE 949297 (Tema 881).

22.5 Incidência de IRPJ e CSLL sobre benefícios fiscais de ICMS (Tema 1.182 do STJ)

Os benefícios fiscais de ICMS (PRODUZIR - GO) recebidos pela Companhia foram reconhecidos e contabilizados como subvenção para investimento em reserva de lucros, conforme requisitos da Lei Complementar nº 160/2017, Lei nº 12.973/2014 até 31 de dezembro de 2023.

Em relação aos demais benefícios fiscais, com base na decisão do Superior Tribunal de Justiça - STJ (Tema 1.182) e com base em opiniões de assessores jurídicos sobre o tema, em 31 de dezembro de 2023 efetuou a exclusão dos demais benefícios fiscais (diferimento do ICMS, redução de base de cálculo, redução de alíquota, dentre outros), das apurações de IRPJ e CSLL.

Assim, considerando as decisões judiciais de primeira instância e com base na decisão do STJ (Tema 1.182), no período findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia excluiu o montante de R\$ 255.665 (constituída reserva de incentivos fiscais, nota 18) da apuração de IRPJ e CSLL referentes aos benefícios supracitados, o que resultou em uma redução de R\$ 86.926 (Nota 20). Para os períodos anteriores a 2023, as exclusões nas apurações de IRPJ e CSLL e o respectivo registro contábil, serão realizadas após o trânsito em julgado das ações.

No que tange a não tributação para IRPJ e CSLL dos incentivos fiscais referentes à decisão do STJ (tema 1.182), a diretoria, com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia a partir do cenário jurisprudencial atual, classifica as chances de êxito como possível.

23 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de *commodities* e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A diretoria da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar, etanol e outros produtos da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.1 Riscos de Mercado

a) Risco cambial

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas.

Para administrar seu risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas, ("NDFs"), estratégias de opções, swaps e hedge natural (tais como dívidas ou compras em moeda estrangeira). A política de gestão de risco financeiro da Companhia define diretrizes que estabelecem o volume de proteção adequado dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações.

Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial nas demonstrações financeiras atuais:

Consolidado	2024	Milhares de US\$ equivalentes
Ativo circulante e não circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	204.265	40.889
Contas a receber de clientes	326.712	65.400
Instrumentos financeiros derivativos	311.106	62.276
(+) Total dos ativos	842.083	168.565
Passivo circulante e não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	681.717	136.447
Instrumentos financeiros derivativos	171.725	34.371
(-) Total dos passivos	853.442	170.818
Sub-total ativo (passivo)	(11.359)	(2.253)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	681.717	136.447
Exposição líquida ativa	670.358	134.194

A exposição líquida deduz empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, uma vez que estes serão liquidados com recursos oriundos das receitas com exportações futuras e, portanto, protegidos pela política de hedge da Companhia.

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras atuais à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 4,9956 por US\$ 1,00 para os ativos e R\$ 4,9962 por US\$ 1,00 para os passivos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Risco de volatilidade no preço de commodities

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de commodities em razão dos produtos fabricados como açúcar, etanol além da aquisição de milho.

c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A São Martinho segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Quanto à moeda estrangeira, nos empréstimos e financiamentos, os riscos de flutuação de taxa de juros e moeda são mitigados através das aplicações financeiras *offshore*, exportações e instrumentos derivativos tais como *swaps*.

d) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes aos quais a Companhia está exposta. Referida análise considera apenas os instrumentos que não estão designados para *hedge accounting*.

Consolidado	Fator de risco	Impactos no resultado		
		Cenários prováveis 5%	Cenários possíveis 25%	Cenários possíveis 50%
Caixa e equivalentes de caixa	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(10.214)	(51.071)	(102.143)
Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(11.492)	(57.461)	(114.922)
Empréstimos e financiamentos	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(358)	(1.792)	(3.585)
Instrumentos financeiros derivativos				
Contratos a termo de moeda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(127)	(633)	(1.265)
Preço futuro (açúcar e etanol)	Alta no preço futuro de commodities	(36)	(178)	(357)
Contratos de swap	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$ e alta na curva de juros	(7.363)	(18.579)	(37.735)
Exposição líquida		(29.590)	(129.714)	(260.007)

A análise de sensibilidade das variações em curvas de juros foi efetuada considerando os efeitos de um aumento ou uma diminuição de 5bps, 25bps e 50bps (*basis points*) na curva de precificação do derivativo. A exposição a taxas refere-se exclusivamente a variações na curva do DI. Para os demais fatores de risco, o impacto no resultado é da variação percentual de 5%, 25% e 50% na respectiva curva de mercado do risco associado, descrito na tabela acima (câmbio e preço de commodities).

e) Instrumentos financeiros

A São Martinho optou pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos eleitos para designação são: a) derivativos de açúcar, etanol e moeda estrangeira - dólar americano b) dívidas em moeda estrangeira - dólar americano - que efetuam coberturas de vendas das safras 2023/24 a 2025/26, e

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos e retrospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

Em relação aos *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados para proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US) e com instituições financeiras de primeira linha mediante contratos de balcão ou diretamente com nossos clientes.

Para os *hedges* de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de "Termos de Moeda" (NDFs), estratégias de Opções, Swaps e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha e dentro dos critérios de Gestão de Risco mencionados no item 23.2.

Nas demonstrações financeiras atuais e em 31 de março de 2023, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e seus devidos vencimentos, estão apresentados a seguir:

Controladora e Consolidado	2024			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nacional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No ativo circulante - Ganho				
Depósito de margem				30.292
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	62.589	23,56	162.423	8.913
. Compromisso de compra	57.712	22,09	140.422	5.906
Contratos futuros de mercadoria - Milho				
. Compromisso de compra	87.750	60,40	5.300	91
Contratos futuros de mercadoria - Etanol				
. Compromisso de venda	150	2.210,00	332	1
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	9.703	22,93	24.507	585
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	117.764	5,16	607.662	10.062
. Compromisso de compra	10.092	5,03	50.763	474
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição titular de opções de compra (Calls)	67.872	24,78	185.253	2.396
. Posição titular de opções de venda (Puts)	216.723	23,21	554.056	39.173
Contratos de Swap - Juros - Balcão				5.315
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				103.208
No ativo não circulante - Ganho				
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de compra	590	5,18	3.056	21
Contratos de Swap - Juros - Balcão				207.877
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo não circulante				207.898

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	2024			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No passivo circulante - Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	140.875	21,22	329.271	15.454
. Compromisso de compra	66.094	25,11	182.803	23.115
Contratos futuros de mercadoria - Milho				
. Compromisso de compra	319.500	62,89	20.093	538
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	19.915	21,73	47.667	852
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	307.054	5,03	1.544.482	10.938
. Compromisso de compra	7.505	5,12	38.426	337
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	282.004	26,09	810.407	7.710
. Posição lançadora de opções de venda (Puts)	2.591	24,50	6.992	776
Contratos de Swap - Juros - Balcão				98.409
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				158.129
No passivo não circulante - Perda				
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	590	5,19	3.063	14
Contratos de Swap - Juros - Balcão				13.582
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante				13.596

Controladora e Consolidado	2023			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No ativo circulante - Ganho				
Depósito de margem				22.265
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	102	21,80	249	1
. Compromisso de compra	151.086	19,74	334.044	36.220
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	307.472	5,44	1.672.648	74.404
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição titular de opções de compra (Calls)	40.032	20,50	91.916	8.116
. Posição titular de opções de venda (Puts)	88.041	18,26	180.060	4.062
Contratos de Opções Flexíveis - Dólar - Balcão				
. Posição titular de opções de venda (Puts)	22.000	5,68	124.960	11.142
Contratos de Swap - Juros - Balcão				7.032
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				163.242
No ativo não circulante - Ganho				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				225.568
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo não circulante				225.568

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	2023			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No passivo circulante - Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	143.517	18,58	298.663	53.636
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	28.500	19,42	61.991	7.364
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de compra	15.000	5,25	78.750	2.213
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	128.073	20,63	295.930	27.420
Contratos de Opções Flexíveis - Dólar - Balcão				
. Posição titular de opções de compra (Calls)	22.000	6,06	133.320	3.403
Contratos de Swap - Juros - Balcão				234.659
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				328.695
No passivo não circulante - Perda				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				7.250
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante				7.250

O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais e de variação estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro e de opções.

Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades.

A composição dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* na data das demonstrações financeiras atuais, é como segue:

Controladora e Consolidado	Ativo	Passivo	Total em Outros Resultados Abrangentes
Instrumentos financeiros:			
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	43.106	40.911	2.195
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	10.413	8.613	1.800
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	15.158	255.944	(240.786)
	68.677	305.468	(236.791)
Tributos diferidos sobre os itens acima	(23.350)	(103.859)	80.509
	45.327	201.609	(156.282)

f) Estimativa de realização

Nas demonstrações financeiras atuais, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e consolidado	Safra 24/25	Safra 25/26	Total
Instrumentos financeiros derivativos:			
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	2.195	-	2.195
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	1.800	-	1.800
Variação cambial de contratos de financiamentos (<i>Trade Finance</i>)	(124.091)	(116.695)	(240.786)
	(120.096)	(116.695)	(236.791)
Tributos diferidos sobre os itens acima	40.833	39.676	80.509
	(79.263)	(77.019)	(156.282)

23.2 Risco de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da São Martinho que controla mensalmente sua exposição em derivativos e aplicações financeiras, mediante critérios de concentração máxima em função do *rating* e patrimônio líquido da instituição financeira.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a São Martinho avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado.

23.3 Risco de liquidez

O Departamento Financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e à dívida de curto prazo.

O excesso de caixa em moeda nacional é aplicado em operações compromissadas lastreado em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado.

Já o excesso de caixa internacional é aplicado com liquidez diária a taxas fixas previamente estabelecidas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, com base no fluxo de pagamentos futuros não descontados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Em 31 de março de 2024				
Empréstimos e financiamentos	1.377.190	2.066.780	5.687.546	9.131.516
Arrendamentos a pagar	153.658	255.747	540.305	949.710
Parceria agrícola a pagar	789.954	922.807	1.773.674	3.486.435
Instrumentos financeiros derivativos	158.129	13.596	-	171.725
Fornecedores	422.212	-	-	422.212
Outros passivos	27.311	-	-	27.311
	2.928.454	3.258.930	8.001.525	14.188.909
Em 31 de março de 2023				
Empréstimos e financiamentos	1.266.140	2.381.684	5.384.080	9.031.904
Arrendamentos a pagar	164.570	263.694	635.176	1.063.440
Parceria agrícola a pagar	787.098	886.562	1.868.307	3.541.967
Instrumentos financeiros derivativos	328.695	7.250	-	335.945
Fornecedores	294.679	-	-	294.679
Aquisição de participação societária	10.354	-	-	10.354
Outros passivos	18.558	1.916	-	20.474
	2.870.094	3.541.106	7.887.563	14.298.763
Consolidado				
Em 31 de março de 2024				
Empréstimos e financiamentos	1.380.441	2.073.255	5.732.961	9.186.657
Arrendamentos a pagar	153.658	255.747	540.305	949.710
Parceria agrícola a pagar	789.954	922.807	1.773.674	3.486.435
Instrumentos financeiros derivativos	158.129	13.596	-	171.725
Fornecedores	408.590	-	-	408.590
Outros passivos	41.407	-	-	41.407
	2.932.179	3.265.405	8.046.940	14.244.524
Em 31 de março de 2023				
Empréstimos e financiamentos	1.267.504	2.387.882	5.430.403	9.085.789
Arrendamentos a pagar	164.570	263.694	635.176	1.063.440
Parceria agrícola a pagar	787.098	886.562	1.868.307	3.541.967
Instrumentos financeiros derivativos	328.695	7.250	-	335.945
Fornecedores	281.311	-	-	281.311
Aquisição de participação societária	10.354	-	-	10.354
Outros passivos	30.565	1.916	-	32.481
	2.870.097	3.547.304	7.933.886	14.351.287

23.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Lei das SAs permite que ações sejam tomadas pela Companhia a fim de assegurar os objetivos acima mencionados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

24.1 Classificação

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

		Controladora	
	Classificação	2024	2023
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	204.467	272.342
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	2.743.929	2.681.690
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	651.856	259.493
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	97.914	156.210
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	213.192	232.600
Depósitos judiciais	Custo Amortizado	1.491.196	1.088.972
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Custo Amortizado	374.524	236.233
		5.777.078	4.927.540
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	28	29
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	6.495.202	6.584.304
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	59.734	94.036
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	111.991	241.909
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	Custo Amortizado	2.874.760	3.041.771
Fornecedores	Custo Amortizado	422.212	294.679
Aquisição de participações societárias	Custo Amortizado	-	11.571
Outros passivos	Custo Amortizado	27.311	20.474
		9.991.238	10.288.773

		Consolidado	
	Classificação	2024	2023
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	204.560	273.408
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	3.017.449	2.843.370
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	698.384	315.596
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	97.914	156.210
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	213.192	232.600
Depósitos judiciais	Custo Amortizado	1.491.213	1.088.976
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Custo Amortizado	376.669	237.690
		6.099.381	5.147.850
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	28	29
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	6.536.790	6.623.854
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	59.734	94.036
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	111.991	241.909
Fornecedores	Custo Amortizado	408.590	281.311
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	Custo Amortizado	2.874.760	3.041.771
Aquisição de participações societárias	Custo Amortizado	-	11.571
Outros passivos	Custo Amortizado	41.407	32.481
		10.033.300	10.326.962

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Não há históricos de inadimplências relevantes na Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Valor Justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Nas demonstrações financeiras atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.

Controladora	2024			2023		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	2.743.929	-	-	2.681.690	-
Instrumentos financeiros derivativos	56.389	254.717	-	48.399	340.411	-
Ativos biológicos	-	-	1.364.508	-	-	1.160.568
	56.389	2.998.646	1.364.508	48.399	3.022.101	1.160.568
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos	47.055	124.670	-	81.056	254.889	-
Empréstimos e financiamentos	-	28	-	-	29	-
	47.055	124.698	-	81.056	254.918	-

Consolidado	2024			2023		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	3.017.449	-	-	2.843.370	-
Instrumentos financeiros derivativos	56.389	254.717	-	48.399	340.411	-
Ativos biológicos	-	-	1.364.508	-	-	1.160.568
	56.389	3.272.166	1.364.508	48.399	3.183.781	1.160.568
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos	47.055	124.670	-	81.056	254.889	-
Empréstimos e financiamentos	-	28	-	-	29	-
	47.055	124.698	-	81.056	254.918	-

Futuros e Opções na ICE

O valor justo dos futuros negociados na bolsa de Nova Iorque - *Intercontinental Exchange (ICE Futures US)* e na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, é calculado pela diferença entre o preço contratual do derivativo e o preço de fechamento de mercado na data base, obtido de cotação em mercado ativo, e conciliado com os saldos credores ou devedores junto às corretoras. O valor justo das opções negociadas na ICE é obtido da cotação em mercado.

Opções de câmbio

O valor justo das opções de câmbio é obtido utilizando o modelo "Garman & Kohlhagen", utilizando dados públicos de mercado e características das mesmas, especificamente o preço do ativo-objeto, o strike das opções, a volatilidade, a curva de juros e o tempo remanescente até o vencimento dos contratos.

Contratos a termo

O valor justo dos contratos a termo, tanto de câmbio quanto de açúcar, contratados no mercado balcão junto a bancos de primeira linha, é calculado por fluxo de caixa descontado baseado em dados de mercado observáveis, especificamente as curvas de juros DI, SOFR e cupom cambial publicadas pela B3, a PTAX 800 publicada pelo Banco Central do Brasil, e os preços de futuros de açúcar divulgados pela Ice Futures na bolsa ICE.

Outros ativos e passivos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos.

26 Informação por segmento (consolidado)

A administração definiu os segmentos operacionais da São Martinho, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a diretoria, a presidência e o Conselho de administração.

As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pela São Martinho, compondo os seguintes segmentos:

- (i) Açúcar;
- (ii) Etanol;
- (iii) Etanol de milho;
- (iv) Energia elétrica;
- (v) Negócios imobiliários;
- (vi) Levedura;
- (vii) DDGs; e
- (viii) Outros produtos e subprodutos de menor relevância.

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por produto, com foco na rentabilidade. Os ativos operacionais relacionados a esses segmentos estão localizados apenas no Brasil.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado consolidado por segmento

										2024
Consolidado	Açúcar	Etanol	Etanol Milho	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	DDGs	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita Bruta										
Mercado interno	333.783	2.163.298	404.165	202.153	16.667	58.043	120.368	187.300	-	3.485.777
Mercado externo	3.229.331	455.098	-	-	-	8.322	-	1.569	-	3.694.320
Resultado com derivativos	63.570	8.272	-	-	-	-	-	-	-	71.842
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.800)
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(25.845)	(246.377)	(12.101)	(10.503)	(8.949)	(5.948)	(17.239)	(24.439)	-	(351.401)
Receita líquida	3.400.839	2.380.291	392.064	191.650	7.718	60.417	103.129	164.430	(8.800)	6.891.738
Custo dos produtos vendidos	(1.976.530)	(2.450.240)	(432.357)	(51.381)	(35)	(23.116)	(143.766)	(128.552)	-	(5.205.977)
Variação do valor de mercado do ativo biológico, produto agrícola e Cbios	68.563	(78.553)	-	-	-	-	-	(324)	-	(10.314)
Lucro bruto	1.492.872	(148.502)	(40.293)	140.269	7.683	37.301	(40.637)	35.554	(8.800)	1.675.447
Margem bruta	47,0%	-6,2%	-10,3%	73,2%	99,5%	61,7%	-39,4%	21,6%	-	24,3%
Despesas com vendas	(171.915)	(64.974)	(2.964)	(14.909)	-	-	-	(693)	-	(255.455)
Demais receitas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	-	-	-	1.111.493	1.111.493
Lucro operacional	1.520.957	(213.476)	(43.257)	125.360	7.683	37.301	(40.637)	34.861	1.102.693	2.531.485
Margem Operacional	42,2%	-9,0%	-11,0%	65,4%	99,5%	61,7%	-39,4%	21,2%	-	36,7%
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.055.206)	(1.055.206)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.476.279
Depreciação e amortização, intangível e direito de uso	(1.106.461)	(1.159.772)	(13.118)	(11.468)	-	(7.997)	(12.496)	(18.824)	(18.308)	(2.348.444)

										2023
Consolidado	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	Outros produtos	Não segmentado	Total		
Receita Bruta										
Mercado interno	220.673	2.408.474	210.857	7.081	50.499	177.231	-	3.074.815		
Mercado externo	2.264.548	1.309.712	-	-	11.931	-	-	3.586.191		
Resultado com derivativos	139.115	20.756	-	-	1.780	-	-	161.651		
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	-	(5.643)		
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(16.394)	(98.578)	(14.402)	(4.688)	(6.275)	(49.111)	-	(189.448)		
Receita líquida	2.607.942	3.640.364	196.455	2.393	57.935	128.120	(5.643)	6.627.566		
Custo dos produtos vendidos	(1.775.528)	(2.451.721)	(50.969)	329	(23.206)	(112.393)	-	(4.413.488)		
Variação do valor de mercado do ativo biológico produto agrícola	(45.324)	(113.747)	-	-	-	(17.096)	-	(176.167)		
Lucro bruto	787.090	1.074.896	145.486	2.722	34.729	(1.369)	(5.643)	2.037.911		
Margem bruta	30,2%	29,5%	74,1%	113,7%	59,9%	-1,1%	-	30,7%		
Despesas com vendas	(117.329)	(89.035)	(15.229)	-	-	(4)	-	(221.597)		
Demais receitas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	-	260.235	260.235		
Lucro operacional	669.761	985.861	130.257	2.722	34.729	(1.373)	254.592	2.076.549		
Margem Operacional	25,7%	27,1%	66,3%	113,7%	59,9%	-1,1%	-	31,3%		
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	-	-	(1.060.805)	(1.060.805)		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.015.744		
Depreciação e amortização, intangível e direito de uso	(812.515)	(1.246.216)	(12.624)	-	(8.229)	(30.955)	(14.037)	(2.124.576)		

Em 31 de março de 2024, estão classificados como "Etanol" a receita líquida com créditos de descarbonização (CBIOS) no valor de R\$ 75.505 (R\$ 80.181 em 31 de março de 2023).

Geograficamente, as receitas operacionais líquidas consolidadas são apresentadas a seguir:

Consolidado	2024	2023
Mercado interno	3.101.360	2.879.770
Mercado externo		
Oriente Médio e Ásia	1.778.872	1.304.584
Europa	1.514.442	2.140.299
América do Norte	404.714	302.913
Fim específico exportação	92.350	-
Receita líquida	6.891.738	6.627.566

Ativos operacionais consolidados por segmento

Os principais ativos operacionais da São Martinho foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração a produção de cada produto em relação à produção total; assim, essa alocação pode variar de um exercício para outro.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

									2024
	Açúcar	Etanol	Etanol Milho	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	DDGs	Não segmentado	Total
Contas a receber de clientes	293.687	221.395	73.402	6.607	41.839	1.825	2.404	57.225	698.384
Estoques e adiantamento a fornecedores	374.632	190.199	151.649	-	6.594	460	2.908	9.768	736.210
Ativos biológicos	890.278	474.230	-	-	-	-	-	-	1.364.508
Imobilizado	3.740.024	3.559.977	527.821	147.148	-	33.547	11.766	24.865	8.045.148
Intangível	281.656	172.195	1.116	-	-	-	-	-	454.967
Direito de uso	1.166.783	1.622.814	-	-	-	-	-	-	2.789.597
Total de ativos alocados	6.747.060	6.240.810	753.988	153.755	48.433	35.832	17.078	91.858	14.088.814
Demais ativos não alocáveis	-	-	-	-	-	-	-	6.282.635	6.282.635
Total	6.747.060	6.240.810	753.988	153.755	48.433	35.832	17.078	6.374.493	20.371.449

									2023
	Açúcar	Etanol	Etanol Milho	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	DDGs	Não segmentado	Total
Contas a receber de clientes	135.185	67.393	-	10.688	52.021	-	-	50.309	315.596
Estoques e adiantamento a fornecedores	364.995	260.099	262.301	-	6.173	53	4.597	20.578	918.796
Ativos biológicos	717.735	442.833	-	-	-	-	-	-	1.160.568
Imobilizado	3.346.635	3.522.861	543.309	154.631	-	39.131	-	-	7.606.567
Intangível	277.816	171.481	1.494	13.334	-	-	-	-	464.125
Direito de uso	1.481.610	1.443.715	-	-	-	-	-	-	2.925.325
Total de ativos alocados	6.323.976	5.908.382	807.104	178.653	58.194	39.184	4.597	70.887	13.390.977
Demais ativos não alocáveis	-	-	-	-	-	-	-	5.432.808	5.432.808
Total	6.323.976	5.908.382	807.104	178.653	58.194	39.184	4.597	5.503.695	18.823.785

Considerando a abordagem dos principais tomadores de decisão, os passivos não estão sendo divulgados por segmento, sendo analisados de forma consolidada.

27 Receitas

A São Martinho reconhece suas receitas com base na contraprestação esperada pelo controle dos bens e serviços.

Não são previstas perdas relacionadas às vendas no mercado sucroalcooleiro e outros produtos derivados, uma vez que todas as obrigações de desempenho são cumpridas na entrega do produto final, momento em que a receita é reconhecida.

No segmento de Empreendimentos Imobiliários, a Companhia segue a aplicação do OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica 02, conforme orientação da CVM, reconhecendo a receita ao longo do tempo (POC).

A receita consiste no valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da São Martinho.

a) Venda de produtos e prestação de serviços

A São Martinho opera na comercialização de açúcar, etanol, energia elétrica, levedura, entre outros. As vendas desses produtos são reconhecidas no momento da entrega dos produtos ao cliente. Para o reconhecimento da receita, a Companhia adere à estrutura conceitual da norma, que inclui a identificação dos contratos com os clientes, a determinação das obrigações de desempenho estabelecidas nos contratos, a definição do preço da transação e a alocação do preço da transação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além disso, a São Martinho presta serviços de plantio, mecanização e logística. A precificação desses serviços é baseada no tempo decorrido e nos materiais utilizados, e a receita é reconhecida à medida que os serviços são prestados.

Na data das demonstrações financeiras atuais, o principal cliente da Companhia contribuiu com aproximadamente 22% da receita líquida.

b) Venda de terras e loteamentos (Empreendimentos Imobiliários)

As receitas de vendas e os custos dos terrenos relacionados aos empreendimentos são reconhecidos no resultado à medida em que as obras de infraestrutura progredem, conforme orientado pela CVM e detalhado anteriormente.

Nas vendas a prazo de terrenos com as obras de infraestrutura concluídas, o resultado é reconhecido no momento da venda, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida e a receber. A Companhia considera o ajuste a valor presente para os valores a receber registrados.

Abaixo a composição das receitas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	3.323.006	2.918.619	3.485.777	3.074.815
Mercado externo	3.694.320	3.586.191	3.694.320	3.586.191
Resultado com derivativos	71.842	161.651	71.842	161.651
	<u>7.089.168</u>	<u>6.666.461</u>	<u>7.251.939</u>	<u>6.822.657</u>
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica (i)	-	-	(8.800)	(5.643)
	<u>7.089.168</u>	<u>6.666.461</u>	<u>7.243.139</u>	<u>6.817.014</u>
Impostos (ii), contribuições e deduções sobre vendas	(333.141)	(172.126)	(351.401)	(189.448)
	<u>6.756.027</u>	<u>6.494.335</u>	<u>6.891.738</u>	<u>6.627.566</u>

(i) Amortização dos contratos de fornecimento de Energia da BIO SC.

(ii) Do montante registrado em 2023, R\$ 56.609 refere-se ao crédito outorgado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Custos e despesas por natureza

A reconciliação das despesas por natureza é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	(2.344.500)	(2.120.310)	(2.348.444)	(2.124.576)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(1.964.544)	(1.492.767)	(1.834.765)	(1.384.577)
Despesas com pessoal	(597.644)	(513.554)	(604.634)	(519.752)
Materiais para revenda (principalmente etanol para revenda em 2023)	(41.971)	(206.302)	(46.090)	(209.148)
Peças e serviços de manutenção	(254.667)	(177.093)	(255.018)	(177.302)
Variação no valor justo dos ativos biológicos, produtos agrícolas e CBIOs	(10.314)	(176.167)	(10.314)	(176.167)
Provisão para perdas na realização dos estoques	(2.814)	-	(2.814)	-
Fretes sobre venda	(223.823)	(167.358)	(223.804)	(167.358)
Serviços de terceiros	(143.094)	(91.809)	(147.575)	(94.646)
Contencioso	(30.379)	(32.940)	(30.479)	(32.996)
Custo com venda de terras	-	329	45	329
Outras despesas	(289.781)	(171.795)	(311.120)	(189.426)
	(5.903.531)	(5.149.766)	(5.815.012)	(5.075.619)
<i>Classificadas como:</i>				
Custo dos produtos vendidos	(5.334.452)	(4.689.845)	(5.216.291)	(4.589.655)
Despesas com vendas	(243.005)	(209.680)	(255.455)	(221.597)
Despesas gerais e administrativas	(326.074)	(250.241)	(343.266)	(264.367)
	(5.903.531)	(5.149.766)	(5.815.012)	(5.075.619)

29 Outras receitas, líquidas

Nas demonstrações financeiras atuais, do saldo total no consolidado em outras receitas é composto da seguinte forma: R\$ 1.244.243 (R\$ 475.761 em 31 de março de 2023) correspondem à indenização recebida pela Copersucar e repassada para a Companhia, conforme detalhado na nota 16(b); e R\$ 188.547 referem-se a créditos de ICMS extemporâneos sobre insumos que passaram a ser reconhecidos como essenciais à produção, em conformidade com entendimento jurisprudencial, conforme nota 8.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Juros recebidos e auferidos	304.862	289.736	333.529	315.772
Outras receitas	19.910	11.951	16.163	13.275
PIS/COFINS sobre receita financeira	(16.049)	(13.934)	(16.001)	(14.165)
	308.723	287.753	333.691	314.882
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(633.951)	(589.244)	(637.396)	(591.548)
Ajuste a valor presente (i)	(248.345)	(245.394)	(248.345)	(245.394)
Juros pagos e auferidos	(22.832)	(30.527)	(22.813)	(30.310)
Comissão de fiança bancária	(10.174)	(8.711)	(10.186)	(8.717)
Obrigações Copersucar	(6.156)	(6.733)	(6.156)	(6.733)
Outras despesas	(13.744)	(15.282)	(14.287)	(15.518)
	(935.202)	(895.891)	(939.183)	(898.220)
Variação cambial e monetária, líquida				
Clientes e fornecedores	914	(5.116)	914	(5.116)
Disponibilidades	(4.810)	573	(4.810)	573
Empréstimos e financiamentos	(89.998)	(170.399)	(89.998)	(170.399)
	(93.894)	(174.942)	(93.894)	(174.942)
Derivativos - não designados para <i>hedge accounting</i>				
Resultado com swap	(54.398)	(163.362)	(54.398)	(163.362)
Resultado com operações de etanol	(57)	(500)	(57)	(500)
Variação cambial líquida	(157)	1.863	(157)	1.863
Resultado com operações de açúcar	(3.003)	(4.710)	(3.003)	(4.710)
Resultado com operações de câmbio	12.372	43.011	12.372	43.011
Custo com transações em bolsa	(235)	(959)	(235)	(959)
	(45.478)	(124.657)	(45.478)	(124.657)
	(765.851)	(907.737)	(744.864)	(882.937)

(i) Principalmente de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar.

31 Lucro por ação

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	1.476.279	1.015.744	1.476.279	1.015.744
Quantidade média ponderada das ações ordinárias no exercício - lotes de mil (i)	346.368	346.375	346.368	346.375
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	4,2622	2,9325	4,2622	2,9325

(i) Em 2024 a média ponderada das ações foi afetada pela recompra de ações (nota 18b).

32 Cobertura de seguros

A São Martinho mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades, visando, entre outros objetivos, reduzir os riscos de acidentes. Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas consideradas suficientes (informações não auditadas) para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes na data das demonstrações financeiras atuais são:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado Item	Riscos cobertos	Cobertura máxima (i)
Lucros Cessantes e Riscos Operacionais (ii)	L.C.: Não realização de lucros decorrentes de danos materiais em instalações, edificações, máquinas e equipamentos industriais e geração de energia. R.O.: Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, estoques, máquinas e equipamentos agrícolas e industriais.	2.347.355
Responsabilidade Civil	Proteção por erro ou reclamações no exercício da atividade profissional que afete terceiros.	2.425.900
Responsabilidade Ambiental	Proteção para acidentes ambientais que possam levantar reclamações junto à legislação ambiental.	30.000

- (i) Corresponde ao valor máximo das coberturas para diversas localidades seguradas.
- (ii) As coberturas relativas a danos materiais (riscos operacionais) para veículos estão excluídas pois têm como referência 100% da tabela FIPE.

33 Evento subsequente

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de junho de 2024, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio ("JCP"), no valor bruto de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), equivalente a R\$ 0,445733054 por ação, com retenção de Imposto de Renda na Fonte. O montante de JCP será pago aos acionistas no dia 2 de julho 2024, sem atualização monetária, e será deduzido dos dividendos do exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2025.

* * *